



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 46^a REUNIÃO

(1^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura)

**05/09/2019
QUINTA-FEIRA
às 09 horas e 30 minutos**

**Presidente: Senador Nelsinho Trad
Vice-Presidente: VAGO**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**46^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 56^a LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 05/09/2019.**

46^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Quinta-feira, às 09 horas e 30 minutos

SUMÁRIO

1^a PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA

FINALIDADE	PÁGINA
1 ^a Audiência Pública com o objetivo de debater o Programa de Defesa Cibernética, em atendimento ao Requerimento nº 24, de 2019-CRE, conforme os temas do Item 5 do cronograma do Plano de Trabalho da Avaliação de Políticas Públicas: I – Planejamento Estratégico do Setor Cibernético; II – Avaliação do planejamento e da execução orçamentária relacionados ao Setor Cibernético; III – Necessidades e cenários orçamentários relacionados ao Setor Cibernético; IV – Debate sobre a implementação das medidas definidas em 2014 e as frentes de atuação que se delineiam a partir dos resultados já verificados; V – Apontamento das ameaças e as atualizações do cenário do ambiente cibernético.	9

2^a PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 43/2019 - Não Terminativo -	SENADOR CHICO RODRIGUES	20

2	MSF 44/2019 - Não Terminativo -	SENADOR HUMBERTO COSTA	74
---	---	-------------------------------	----

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(19 titulares e 18 suplentes)

TITULARES

SUPLENTES

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil(MDB, PP, REPUBLICANOS)

Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(10)	RR	1 Renan Calheiros(MDB)(10)	AL (61) 3303-2261
Jarbas Vasconcelos(MDB)(10)	PE	2 Fernando Bezerra Coelho(MDB)(10)	PE (61) 3303-2182
Marcio Bittar(MDB)(10)	AC	3 Simone Tebet(MDB)(9)	MS (61) 3303-1128/1421/3016/3 153/4754/4842/48 44/3614
Esperidião Amin(PP)(12)	SC	4 Daniella Ribeiro(PP)(5)(22)	PB
Ciro Nogueira(PP)(6)(18)(22)	PI (61) 3303-6185 / 6187	5 Vanderlan Cardoso(PP)(11)	GO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL(PSDB, PSL)

Antonio Anastasia(PSDB)(8)	MG (61) 3303-5717	1 Roberto Rocha(PSDB)(8)	MA (61) 3303-1437/1435/1501/1 503/1506 a 1508
Mara Gabrilli(PSDB)(8)	SP	2 Flávio Bolsonaro(PSL)(14)	RJ
Major Olímpio(PSL)(13)	SP	3 Soraya Thronicke(PSL)(15)	MS

Bloco Parlamentar Senado Independente(PDT, CIDADANIA, PSB, REDE, PATRIOTA)

Kátia Abreu(PDT)(3)	TO (61) 3303-2708	1 Acir Gurgacz(PDT)(3)	RO (061) 3303-3131/3132
Randolfe Rodrigues(REDE)(3)	AP (61) 3303-6568	2 Flávio Arns(REDE)(3)	PR (61) 3303-2401/2407
Eliziane Gama(CIDADANIA)(3)(26)	MA	3 Veneziano Vital do Rêgo(PSB)(3)	PB 3215-5833

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PROS, PT)

Fernando Collor(PROS)(7)(17)(21)	AL (61) 3303-5783/5786	1 VAGO(7)	
Jaques Wagner(PT)(7)	BA	2 Telmário Mota(PROS)(16)(7)	RR (61) 3303-6315
Humberto Costa(PT)(24)	PE (61) 3303-6285 / 6286		

PSD

Nelsinho Trad(2)	MS	1 Arolde de Oliveira(2)	RJ
Angelo Coronel(2)	BA	2 Carlos Viana(2)	MG

Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, DEM, PSC)

Chico Rodrigues(DEM)(4)	RR	1 Marcos Rogério(DEM)(4)	RO
Zequinha Marinho(PSC)(4)	PA	2 Maria do Carmo Alves(DEM)(4)	SE (61) 3303-1306/4055

PODEMOS

Marcos do Val(27)(20)	ES	1 Romário(27)(20)	RJ (61) 3303-6517 / 3303-6519
-----------------------	----	-------------------	-------------------------------

- (1) Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- (2) Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
- (3) Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).
- (4) Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- (5) Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (6) Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (7) Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
- (8) Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
- (9) Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).
- (10) Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
- (11) Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (12) Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (13) Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- (14) Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
- (15) Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
- (16) Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
- (17) Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).

-
- (18) Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
- (19) Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)
- (20) Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
- (21) Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
- (22) Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
- (23) A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- (24) Em 13.08.2019, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão em vaga compartilhada com o PSD (Of. nº 73/2019-BLPRD).
- (25) Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
- (26) Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
- (27) Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS(Of. nº 91/2019-GLPODE).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): FLÁVIO EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
56^a LEGISLATURA**

Em 5 de setembro de 2019
(quinta-feira)
às 09h30

PAUTA
46^a Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

1^a PARTE	Audiência Pública Interativa
2^a PARTE	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

1ª PARTE

Audiência Pública Interativa

Assunto / Finalidade:

1ª Audiência Pública com o objetivo de debater o Programa de Defesa Cibernética, em atendimento ao Requerimento nº 24, de 2019-CRE, conforme os temas do Item 5 do cronograma do Plano de Trabalho da Avaliação de Políticas Públicas:

- I – Planejamento Estratégico do Setor Cibernético;
- II – Avaliação do planejamento e da execução orçamentária relacionados ao Setor Cibernético;
- III – Necessidades e cenários orçamentários relacionados ao Setor Cibernético;
- IV – Debate sobre a implementação das medidas definidas em 2014 e as frentes de atuação que se delineiam a partir dos resultados já verificados;
- V – Apontamento das ameaças e as atualizações do cenário do ambiente cibernético.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [REQ 24/2019 - CRE](#), Senador Nelsinho Trad e outros

Convidados:

General de Divisão Guido Amin Naves

- Comandante de Defesa Cibernética
(representante de: *Comando do Exército*)

Contra-Almirante Luciana Mascarenhas da Costa Marroni

(representante de: *Comando da Marinha do Brasil*)

Coronel Arthur Pereira Sabbat

(representante de: *Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI.*)

Representante do Ministério da Defesa

Representante do Comando da Aeronáutica

2ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 43, DE 2019

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha da Senhora MARIA CLARA DUCLOS CARISIO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação**Observações:**

1) Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2) A matéria constou na pauta da 45ª Reunião da Comissão, realizada em 29/08/2019.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

ITEM 2**MENSAGEM (SF) N° 44, DE 2019****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor LINEU PUPO DE PAULA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Bósnia e Herzegovina.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1) Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2) A matéria constou na pauta da 45ª Reunião da Comissão, realizada em 29/08/2019.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

1^a PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA

1

**REQ
00024/2019**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Esperidião Amin

SF19290.63945-61 (LexEdit)

REQUERIMENTO N^º DE - CRE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie a Política de Defesa Cibernética, delegada ao Exército Brasileiro pela Estratégia Nacional de Defesa , no exercício de 2019.

JUSTIFICAÇÃO

O Setor cibernético é, ao lado do espacial e do nuclear, setor estratégico para a Defesa do País, o que requer seu fortalecimento, aperfeiçoando dispositivos de segurança e adotando procedimentos que diminuem a vulnerabilidade dos sistemas que possuam suporte de tecnologia da informação e comunicação.

A Estratégia Nacional de Defesa (END) estabeleceu, em 2011, o Centro de Defesa Cibernética (CDC), cujos objetivos envolvem a capacitação de militares em situações críticas, o desenvolvimento de sistemas e aplicações duais e a parceria com a indústria nacional para a produção de sistemas inovadores. Assim, importa ressaltar que tais capacitações se destinam a usos industriais, educativos e militares. O CDC, conforme última versão da END, pretende evoluir para o Comando de Defesa Cibernética das Forças Armadas.

Igualmente, esse setor estratégico deve aprimorar a segurança da informação e comunicações (SIC), fomentar a pesquisa científica no setor, desenvolver sistemas computacionais de defesa e tecnologias que permitam o planejamento e a execução da defesa cibernética, dentre outras atividades.

Enfim, de grande valia será estabelecermos a análise dessa política pública de defesa que se consolida no Brasil.



Sala da Comissão, 16 de abril de 2019.

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)



Avaliação de Políticas Públicas (Resolução nº 44, de 2013)

Proposta de Plano de Trabalho

Avaliação do Programa de Defesa Cibernética

Presidente: Senador **NELSINHO TRAD**

Vice-Presidente: Senador **MARCOS DO VAL**

Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

1. APRESENTAÇÃO

A avaliação de políticas públicas tem como objetivo principal aprimorar a gestão do Estado, por meio da mensuração de sua eficiência, eficácia e efetividade. O resultado da avaliação é fundamental para orientar as ações do Poder Público.

A Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, prevê que a Casa Legislativa realize a avaliação de políticas públicas, que buscará, entre outras medidas, adequar os dispositivos normativos às necessidades sociais.

Nos termos do art. 1º dessa normativa, “as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas”.

Mediante a aprovação, no dia 9 de maio, do Requerimento nº 24, de 2019, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) decidiu avaliar a Política de Defesa Cibernética, setor estratégico do Estado Brasileiro, que, segundo a Estratégia Nacional de Defesa, é delegada ao Exército Brasileiro.

No Brasil, os assuntos relacionados às vulnerabilidades digitais foram tratados, inicialmente, sob a égide da Segurança da Informação pelo Decreto nº 3.505/2000, que instituiu a Política de Segurança da Informação.

No âmbito da Defesa, o denominado Setor Cibernético foi destacado pela Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada pelo Decreto nº 6.703/2008, ao lado do setor espacial e do setor nuclear, como um dos três setores considerados estratégicos e essenciais para a Defesa Nacional.

A Diretriz Ministerial nº 014/2009, do Ministério da Defesa, definiu as responsabilidades relativas a cada um desses três setores estratégicos: nuclear, a cargo da Marinha; cibernético, a cargo do Exército; e espacial, a cargo da Aeronáutica. Adicionalmente, determinou providências relativas a objetivos e estratégias setoriais correspondentes a cada Força. Reforçou, ainda, que esses três setores “transcendem, por sua natureza, a divisão entre desenvolvimento e defesa, entre o civil e o militar”.



O interesse da Casa por esse tema não é novo. Em 2013, um episódio mundial de grande repercussão — a suposta espionagem de agência dos Estados Unidos em vários países — resultou em denúncias de intromissão em assuntos oficiais brasileiros. Como consequência, em 3 de setembro daquele ano, o Senado Federal instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a “investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar e-mails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal”.



SF19979.70374-42

Os trabalhos da CPI duraram até abril de 2014, incluindo depoimentos de vários especialistas e de representantes de órgãos públicos ligados às áreas de inteligência e cibernética, tais como o Ministério da Defesa, a Anatel e a Polícia Federal, bem como aqueles supostos alvos da espionagem norte-americana, a exemplo da Petrobras.

Ainda no contexto do episódio acima apresentado, o Ministério da Defesa criou um Grupo de Trabalho (GT-Ciber), instituído pela Portaria Ministerial nº 2.569-EMCFA/MD, de 6 de setembro de 2013, para elaborar propostas mais imediatas para o campo da Defesa Cibernética.

No relatório apresentado pelo GT-Ciber, que foi aprovado pelo Ministro da Defesa em 13 de março de 2014, constaram medidas para mitigar as vulnerabilidades do ambiente cibernético, incluindo a criação do

Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber) e da Escola Nacional de Defesa Cibernética (ENaDCiber).

Em 27 de outubro de 2014, a Portaria Normativa nº 2.777/MD definiu a “Diretriz de Implantação de Medidas Visando à Potencialização da Defesa Cibernética Nacional”. Coube ao Exército, em articulação com o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), a Secretaria Geral do Ministério da Defesa (SG/MD) e as demais Forças Armadas, os seguintes encargos, entre outros:

- Imediata ativação do Núcleo do Comando de Defesa Cibernética (NuComDCiber) e coordenação da criação e implantação do ComDCiber;
- Imediata ativação do Núcleo da Escola Nacional de Defesa Cibernética (NuENaDCiber) e coordenação da criação e implantação da ENaDCiber; e
- Organização e execução de projetos relacionados ao Setor de Defesa Cibernética.

O tema “defesa cibernética” vem sendo tratado pelas Forças Armadas, sob a coordenação do Exército, desde 2010. Nesse período, esforços vêm sendo realizados para incorporar e aplicar capacidades.



Assim, essa avaliação de política proposta pela CRE constitui importante e valioso instrumento para, a partir das análises a serem realizadas, retificar ou ratificar os planejamentos para o futuro do setor cibernético da defesa, que completou uma década, conferindo o aval do Senado Federal aos avanços pretendidos pelas Forças Armadas e, em última análise, em nome da sociedade brasileira.



Diante da relevância e considerando a transversalidade do Setor Cibernético para a defesa do Estado Brasileiro, as perguntas que a presente avaliação de políticas públicas buscará responder são:

- 1) Como se encontra a implantação das medidas definidas pelo Ministério da Defesa?
- 2) Quais as transformações e os impactos, positivos e negativos, de sua implementação?
- 3) Esses instrumentos foram efetivamente implementados ou carecem de plena implementação? Nesse último caso, quais os gargalos a serem desobstruídos?
- 4) Considerando a evolução da maturidade institucional, a velocidade de eventos e alterações de cenários que caracterizam o Setor Cibernético, as medidas propostas em 2014 são suficientes? Há demandas a serem atendidas para

que se obtenha o nível de defesa compatível com os cenários de curto, médio e longo prazos?

- 5) O que se pretende para o futuro do setor cibernético de defesa?

2. ATIVIDADES PROPOSTAS

Para levar a contento a avaliação desses instrumentos, sugere-se que a CRE segmente suas análises em cada um deles, para os quais são previstas as seguintes ações:

- Solicitação de informações ao Comando do Exército, por intermédio do ComDCiber, acerca da implantação das medidas indicadas pelo Ministério da Defesa e dos resultados obtidos com as medidas implementadas;
- Identificação de atores sociais e agentes econômicos relacionados ao tema;
- Realização de audiências públicas;
- Considerando a sensibilidade do tema, realização de audiência reservada, a fim de identificar vulnerabilidades, e levantamento de ações, visando à mitigação de ameaças e à implementação de medidas que levem à efetividade da Defesa Cibernética;



- Realização de visitas técnicas ao ComDCiber, com vistas a identificar gargalos e oportunidades de melhoria.

Com base nessas atividades, será elaborado o relatório final para apreciação pela Comissão até novembro deste ano.



3. CRONOGRAMA

Propomos a seguinte programação para o trabalho de avaliação desses instrumentos:

Atividade	Local	Convidados	Temas
1) Reunião de instalação dos trabalhos	Brasília	- Comando de Defesa Cibernética.	Apresentação e debate do plano de trabalho
2) Reuniões técnicas	Brasília	Senadores e assessorias	Reunião interna: avaliação dos trabalhos e calibragem de cronogramas. Definição de datas para as audiências públicas.
3) Análise orçamentária	Brasília	Consultoria de Orçamentos do Senado (CONORF)	Requerimento à consultoria de orçamento para análise orçamentária do setor.
4) Audiência Reservada com Membros da CRE	Brasília	- Ministério da Defesa; - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; - Comando do Exército, da Marinha e da Força Aérea; - Ministério das Relações Exteriores; - Ministério da Justiça.	I - Diagnóstico de ameaças sensíveis do setor cibernético e gargalos do Estado para implementar uma política de Defesa Cibernética, com foco: 1) na definição de marcos legais; 2) no fortalecimento da estratégia de superação dos gargalos verificados; II – Avaliação da efetividade de colaboradores nacionais e internacionais, identificando medidas necessárias para a obtenção de resultados.

Atividade	Local	Convidados	Temas
5) Duas Audiências Públicas	Brasília	1 ^{a)} Orgãos públicos: - Ministério da Defesa; - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; - Comando do Exército, da Marinha e da Força Aérea. 2 ^{a)} Representantes da sociedade civil: - Gerente geral do CERT.BR; - Representantes da ICP-Brasil; - Outros	I – Planejamento Estratégico do Setor Cibernético; II – Avaliação do planejamento e da execução orçamentária relacionados ao Setor Cibernético; III – Necessidades e cenários orçamentários relacionados ao Setor Cibernético; IV – Debate sobre a implementação das medidas definidas em 2014 e as frentes de atuação que se delineiam a partir dos resultados já verificados; V – Apontamento das ameaças e as atualizações do cenário do ambiente cibernético.
6) Visitas Técnicas	Brasília	Membros da CRE	I – Identificação das instalações do ComDCiber e ferramentas utilizadas; II – Análise dos gargalos para a implementação das infraestruturas adequadas aos cenários de curto, médio e longo prazos.
Apresentação e Votação do Relatório Final (NOVEMBRO DE 2019)			


SF19979.70374-42

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

2^a PARTE - DELIBERATIVA

1

RELATÓRIO N° , DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 43, de 2019 (MSG nº 176/2019), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha da Senhora MARIA CLARA DUCLOS CARISIO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana.*



Relator: Senador **CHICO RODRIGUES**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Senhora MARIA CLARA DUCLOS CARISIO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo da diplomata.

A indicada é filha de René Anje Carisio e de Judith Duclos Carisio e nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 3 de março de 1956. Ela é graduada em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1977) e pós-graduada em Política Comercial do GATT/PNUD, em Genebra, Suíça (1979). No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática (1981) e o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1991).

Iniciou sua carreira como Terceira-Secretária no ano de 1982. Tornou-se Segunda-Secretária em 1987. Por merecimento, chegou a Primeira-Secretária em 1995; Conselheira em 2000; Ministra de Segunda Classe em 2006 e Ministra de Primeira Classe em 2013. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas internamente, destacam-se as de Assessora da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, de 1999 a 2002; de Chefe de Divisão de Ásia e Oceania I, entre 2006 e 2011; e Diretora do Departamento de Ásia Central, Meridional e Oceania, de 2011 a 2015.

No exterior, desempenhou a função de Chefe de delegação e Coordenadora nacional do Grupo Negociador sobre Antidumping, Subsídios e Medidas Compensatórias da ALCA, em Washington e Miami, entre 1996 e 1999; exerceu os cargos de Conselheira na Missão junto às Comunidades Econômicas Europeias, de 2002 a 2006; e Cônsul-Geral no Consulado Geral do Brasil em Frankfurt, de 2015 até o presente.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Cooperativa da Guiana, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos do país, suas políticas interna e externa, bem como economia.

Situada ao norte da América do Sul, a Guiana é banhada pelo Oceano Atlântico e faz fronteira com o Brasil ao sul e sudoeste, com a Venezuela a oeste e com o Suriname a leste. A população guanesa é de aproximadamente 790 mil habitantes, segundo estimativa do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o ano de 2019. Com 214.969 km² de território, é o terceiro menor país da América do Sul, à frente apenas de Uruguai e Suriname. O país conquistou sua independência em relação ao Reino Unido em 1966 e iniciou relações bilaterais com o Brasil dois anos depois.

A relação entre Brasil e Guiana foi aprofundada a partir da década de 1990, com o aumento do número de brasileiros que passaram a residir no país vizinho. Em 2001, foi assinado “Acordo de Alcance Parcial”, que entrou em vigor em 2004, estabelecendo desgravação tarifária para diversos itens. A ponte sobre o Rio Tacutu, primeira ligação terrestre entre



os dois países, foi inaugurada em 2009 e representou passo concreto e decisivo na integração entre Brasil e Guiana.

Em 2012, a Guiana ingressou no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) na condição de Estado Associado. Além de Estado Associado do MERCOSUL, a Guiana é país membro da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e da Organização dos Estados Americanos (OEA) e associou-se, em 23 de janeiro de 2018, ao Grupo de Lima. A Guiana também foi signatária da Declaração de Santiago, que em 22 de março de 2019 criou o Foro para o Progresso da América do Sul – PROSUL. Brasil e Guiana compartilham o mesmo assento no FMI.



A agenda bilateral com a Guiana também contempla o aprofundamento das relações econômico-comerciais, a cooperação em matéria de segurança e defesa, a promoção do desenvolvimento fronteiriço e a ampliação da cooperação técnica, que vem apresentando resultados tangíveis e substantivos. Brasil e Guiana estão trabalhando na implementação do Acordo Bilateral sobre Transporte de Passageiros e Cargas, que será objeto de diversas reuniões técnicas em 2019 entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e sua contraparte guianense.

Na área econômico-comercial, busca-se criar condições para ampliar o fluxo comercial e de investimentos entre os dois países. O intercâmbio bilateral totalizou US\$ 41,5 milhões em 2018, com superávit de US\$ 38,7 milhões em favor do Brasil. Em 2018, 92,5% das exportações brasileiras foram compostas de produtos manufaturados, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). Entre os principais produtos exportados pelo Brasil estão máquinas e aparelhos para terraplanagem, perfuração, etc. (13%), pisos e revestimentos cerâmicos (7,4%), tratores (5,6%), óleo de soja refinado (5,1%), demais produtos manufaturados (5%) e veículos de carga (4,7%). Entre os principais produtos importados da Guiana estão minérios de alumínio e seus concentrados (84%) e arroz em grãos, inclusive arroz quebrado (16%). Em 2018, a Guiana foi o 116º destino das exportações brasileiras e a 125ª origem das importações do Brasil.

O programa bilateral de cooperação técnica foi renovado em 2017, com a negociação de três novos projetos: capacitação para apoio ao controle e à erradicação da Mosca da Carambola na Guiana; capacitação em estruturas institucionais e políticas para a gestão de recursos hídricos na

Guiana; e apoio à certificação de sementes, análise de risco de pragas e melhoria dos serviços de sanidade vegetal na Guiana.

Em 2018, destacou-se a conclusão da perfuração pelo Exército brasileiro de oito poços artesianos na região do Rupununi. A perfuração foi acompanhada de treinamento e capacitação de oficiais guianeses na perfuração, manutenção e operação de poços. Estima-se que o projeto beneficiará cerca de 10 mil pessoas, em sua maioria indígenas, em comunidades próximas à fronteira com o Brasil.

No contexto da descoberta de amplas jazidas de petróleo pela Guiana, cuja produção deverá ter início já em 2020, com potencial de gerar grande crescimento econômico e desenvolvimento social para o país vizinho, Brasil e Guiana vêm explorando possibilidades de cooperação no setor de energia.

Sendo o que se considera suficiente para o debate e deliberação da sabatina, nada mais aqui se acrescenta.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 43, DE 2019

(nº 176/2019, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha da Senhora MARIA CLARA DUCLOS CARISIO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 176

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora MARIA CLARA DUCLOS CARISIO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana.

Os méritos da Senhora Maria Clara Duclos Carisio que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de maio de 2019.

EM nº 00127/2019 MRE

Brasília, 2 de Maio de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o parágrafo único do artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MARIA CLARA DUCLOS CARISIO**, ministra de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **MARIA CLARA DUCLOS CARISIO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

00001.002629/2019-01

OFÍCIO Nº 126/2019/CC/PR

Brasília, 9 de maio de 2019.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARIA CLARA DUCLOS CARISIO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE MARIA CLARA DUCLOS CARISIO
CPF.: 361.498.707-82

ID.: 8633 MRE

1956 Filha de René Anje Carisio e Judith Duclos Carisio, nasce em 3 de março, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

- 1977 Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
- 1979 Pós-Graduação em Política Comercial do GATT/PNUD, Genebra, Suíça
- 1981 CPCD - IRBr
- 1991 CAD - IRBr

Cargos:

- 1982 Terceira-secretária
- 1987 Segunda-secretária
- 1995 Primeira-secretária, por merecimento
- 2000 Conselheira, por merecimento
- 2006 Ministra de segunda classe, por merecimento
- 2013 Ministra de primeira classe, por merecimento

Funções:

- 1983-85 Divisão de Europa I, assistente
- 1985-87 Divisão de Política Comercial, assistente
- 1987-91 Delegação Permanente em Genebra, Terceira-Secretária e Segunda-Secretária
- 1988 Reunião do Conselho de Representantes do Escritório Internacional de Têxteis e Confecções, Genebra, Chefe de delegação
- 1988 XIII Painel Técnico da Comunidade Internacional da Pimenta, Genebra, Chefe de delegação
- 1991-94 Embaixada em Dublin, Segunda-Secretária
- 1994-99 Divisão de Política Comercial, assistente

1996-99	Grupo Negociador sobre Antidumping, Subsídios e Medidas Compensatórias da ALCA, Washington e Miami, Chefe de delegação e Coordenadora nacional
1999-2002	Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, assessora
2002-06	Missão junto à CEE, Bruxelas, Conselheira
2006-11	Divisão de Ásia e Oceania I, Chefe
2011-15	Departamento de Ásia Central, Meridional e Oceania, diretora
2015-	Consulado-Geral do Brasil em Frankfurt

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
GUIANA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Abril de 2019

DADOS BÁSICOS SOBRE A GUIANA	
NOME OFICIAL	República Cooperativa da Guiana
GENTÍLICO	guianês, guianense
CAPITAL	Georgetown
ÁREA	214.969 km ²
POPULAÇÃO (FMI, est 2019)	790 mil
LÍNGUA OFICIAL	Inglês (oficial), crioulo, hindi, urdu
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo (64%), hinduísmo (25%), islamismo (7%), outras (1%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Semi-Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Nacional Unicameral
CHEFE DE ESTADO	Presidente David Granger
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Moses Nagamootoo
CHANCELER	Carl Greenidge
PIB NOMINAL (FMI, 2017)	US\$ 3,63 bilhões
PIB PPP (FMI, 2017)	US\$ 6,29 bilhões
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (FMI, est 2017)	US\$ 4.710
PIB PPP <i>per capita</i> (FMI, est 2017)	US\$ 8.160
IDH (PNUD, 2018)	0,654 (125º)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2018)	66,8 anos
ALFABETIZAÇÃO (2014)	96,69%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI, 2017)	12%
VARIAÇÃO PIB (FMI)	2,1% (2017); 3,3% (2016); 3,1% (2015); 3,8% (2014); 5,2% (2013).
UNIDADE MONETÁRIA	<i>guyanese dollar</i> (USD 1,00 = GYD 210,052,

	em 26/04/2019)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	George Talbot
BRASILEIROS NO PAÍS	Estima-se que haja cerca de 15 mil brasileiros residentes na Guiana.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-GUIANA (US\$ milhões, FOB) - FONTE: MDIC									
Brasil – Guiana	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2018
Intercâmbio	9.695	16.615	20.002	19.471	35.721	30.041	29.655	38.840	41.857
Exportações	9.695	16.604	18.030	18.480	35.670	30.015	21.887	33.561	40.303
Importações	0	0.011	1.972	0.991	0.051	0.026	7.768	5.279	1.553
Saldo	9.695	16.592	16.057	17.490	35.620	29.989	14.119	28.282	38.750

Informação elaborada em 29/04/2019, por Paulo Mendes de Carvalho Guedes. Revisada por Ana Beatriz Nogueira, em 30/04/2019.

APRESENTAÇÃO

Situada ao norte da América do Sul, a Guiana é banhada pelo Oceano Atlântico e faz fronteira com o Brasil ao sul e sudoeste, com a Venezuela a oeste e com o Suriname a leste. A população guanesa é de aproximadamente 790 mil habitantes, segundo estimativa do FMI para o ano de 2019. Com 214.969 km² de território, é o terceiro menor país da América do Sul, à frente apenas de Uruguai e Suriname.

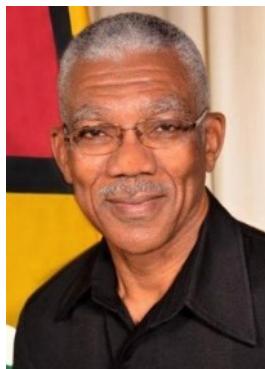
O país conquistou sua independência em relação ao Reino Unido em 1966 e iniciou relações bilaterais com o Brasil dois anos depois. O cinquentenário das relações diplomáticas entre os dois países, em 2018, mereceu celebrações tanto na Guiana como no Brasil, inclusive com o lançamento de selos comemorativos.

A ponte sobre o Rio Takutu, construída pelo exército brasileiro e inaugurada em 2009, supriu a carência de ligação viária entre Brasil e Guiana, conectando os municípios de Bonfim, no estado de Roraima, e Lethem, na região IX da Guiana.

Sede da Secretaria Executiva da Comunidade do Caribe-CARICOM, a Guiana tem forte identidade caribenha. Em décadas recentes, o perfil sul-americano do país vem sendo fortalecido. A Guiana é estado associado ao MERCOSUL, tomou parte na criação do Foro para o progresso da América do Sul – PROSUL, novo espaço de concertação e integração regional, e é parte do Grupo de Lima.

PERFIS BIOGRÁFICOS

DAVID GRANGER Presidente da República



David Arthur Granger nasceu em Georgetown, em 15/07/1945. Recebeu treinamento militar na Nigéria, no Reino Unido e no Centro de Treinamento de Guerra na Selva, no Brasil. Tornou-se comandante da Força de Defesa da Guiana em 1979. Foi nomeado assessor de Segurança Nacional da Presidência em 1990 e aposentou-se como brigadeiro, em 1992. Mestre em História pela Universidade da Guiana e pós-graduado em Relações Internacionais pela *University of the West Indies*, atuou como membro de diferentes órgãos de defesa nacional e segurança pública, tendo publicado diversas obras sobre esses assuntos. Foi líder da oposição na Assembleia Nacional de 2012 até 2015. Eleger-se presidente em maio de 2015, para mandato de 5 anos.

MOSES NAGAMOOTOO Primeiro-Ministro Primeiro Vice-Presidente



Moses Veerasammy Nagamootoo nasceu em Whim, Guiana, em 1947. Nagamootoo é político e escritor, tendo atuado, no passado, como professor, jornalista

e advogado. Foi eleito ao Parlamento em 1992, como membro do PPP (People's Progressive Party), e exerceu funções nos governos de Cheddi Jagan, Samuel Hinds, Janet Jagan e Bharrat Jagdeo. Nagamootoo renunciou ao cargo de ministro em 2000, mas permaneceu como membro do Parlamento até 2011, quando deixou o PPP. Ainda em 2011, ingressou no partido oposicionista Alliance for Change (AFC) e reelegeu-se ao Parlamento. Nagamootoo foi designado Primeiro-Ministro e Primeiro Vice-Presidente em 2015, sob a presidência de David Granger.

**Ministro dos Negócios Estrangeiros
NÃO DESIGNADO**

RELAÇÕES BILATERAIS

Compartilhando 1.605 km de fronteira, Brasil e Guiana mantêm relação antiga de amizade. Em 1968, dois anos depois da declaração de independência da ex-colônia britânica, o Vice-Primeiro-Ministro Ptolemy Reid visitou o Brasil, ocasião em que se firmou acordo cultural e estabeleceram-se as relações bilaterais. Em 1971, o então Ministro das Relações Exteriores Mário Gibson Barbosa visitou Georgetown. Foi o primeiro chanceler latino-americano a pisar em solo guianense. O fato – simbólico – ilustra como, desde cedo na vida independente da Guiana, o Brasil comprehende a necessidade de sua plena incorporação diplomática à América do Sul, sem qualquer prejuízo de seus profundos laços com o Caribe.

A relação entre Brasil e Guiana foi aprofundada a partir da década de 1990, com o aumento do número de brasileiros que passaram a residir no país vizinho. Em 2001, foi assinado "Acordo de Alcance Parcial", que entrou em vigor em 2004, estabelecendo desgravação tarifária para diversos itens. A ponte sobre o Rio Tacutu, primeira ligação terrestre entre os dois países, foi inaugurada em 2009 e representou passo concreto e decisivo na integração entre Brasil e Guiana.

Em 2012, a Guiana ingressou no MERCOSUL na condição de Estado Associado. Além de estado associado do MERCOSUL, a Guiana é país membro da OTCA e da OEA e associou-se, em 23 de janeiro de 2018, ao Grupo de Lima. A Guiana também foi signatária da Declaração de Santiago, que em 22 de março de 2019 criou o Foro para o Progresso da América do Sul – PROSUL. Brasil e Guiana compartilham o mesmo assento no Fundo Monetário Internacional (FMI).

O relacionamento entre Brasil e Guiana observou considerável adensamento nos últimos anos. Ao longo de 2017, foram numerosas as reuniões de alto nível. Em junho, o chanceler Carl Greenidge visitou o Brasil acompanhado do ministro de Infraestrutura, David Patterson. Em setembro, o presidente David Granger encontrou-se com o então Presidente da República à margem do Debate Geral da 72ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Granger esteve em Brasília em dezembro de 2017 para a Cúpula do Mercosul e permaneceu na capital federal, em atenção a convite do então presidente Michel Temer para visita oficial.

Em 2018, ano em que se celebraram os 50 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Guiana, prosseguiram os contatos de alto nível. O presidente Granger recebeu, em Georgetown, o então ministro da Defesa, Raul Jungmann, acompanhado dos ministros da Justiça e do Gabinete de Segurança Institucional. O mandatário guianês retornou a Brasília em março, para o 8º Fórum Mundial da Água. Em julho de 2018, o então Chanceler Aloysio Nunes realizou visita a Georgetown.

Em 2019, o então Vice-Presidente e Chanceler Carl Greenidge representou a Guiana na posse do presidente Jair Bolsonaro, ocasião em que manteve encontro de trabalho com o chanceler Ernesto Araújo.

A agenda bilateral com a Guiana também contempla o aprofundamento das relações econômico-comerciais, a cooperação em matéria de segurança e defesa, a promoção do desenvolvimento fronteiriço e a ampliação da cooperação técnica, que vem apresentando resultados tangíveis e substantivos. Brasil e Guiana estão trabalhando na implementação do Acordo Bilateral sobre Transporte de Passageiros e Cargas, que será objeto de diversas reuniões técnicas em 2019 entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e sua contraparte guianense.

Comércio e economia

Na área econômico-comercial, busca-se criar condições para ampliar o fluxo comercial e de investimentos entre os dois países. O intercâmbio bilateral totalizou US\$ 41,5 milhões em 2018, com superávit de US\$ 38,7 milhões em favor do Brasil. Em 2018, 92,5% das exportações brasileiras foram compostas de produtos manufaturados, segundo dados do MDIC. Entre os principais produtos exportados pelo Brasil estão máquinas e aparelhos para terraplanagem, perfuração, etc. (13%), pisos e revestimentos cerâmicos (7,4%), tratores (5,6%), óleo de soja refinado (5,1%), demais produtos manufaturados (5%) e veículos de carga (4,7%). Entre os principais produtos importados da Guiana estão minérios de alumínio e seus concentrados (84%) e arroz em grãos, inclusive arroz quebrado (16%). Em 2018, a Guiana foi o 116º destino das exportações brasileiras e a 125ª origem das importações do Brasil.

O diálogo bilateral no âmbito da Comissão Administradora do Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica (AAP-38) segue avançando. Adicionalmente, em dezembro de 2018, foi assinado Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre Brasil e Guiana, que sinaliza interesse no adensamento das relações econômicas bilaterais e estabelece relevante marco legal para o incremento de investimentos de parte a parte.

Segurança e Defesa

É também de interesse dos dois países fortalecer a já madura cooperação bilateral em matéria de defesa e combate aos ilícitos transnacionais. A renegociação do Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa, já em etapa avançada, propiciará o marco legal para o seguimento desta profícua vertente da cooperação, de que são exemplos as operações conjuntas entre o Exército Brasileiro e a Força de Defesa da Guiana e a oferta de estágios para engenheiros militares guianeses no Brasil.

A cooperação militar brasileira envolve os entendimentos entre as Forças Armadas do Brasil e a Força de Defesa da Guiana. Reuniões Anuais de Interesse Militar (RRIM) ocorrem anualmente entre a Força de Defesa da Guiana e a 1ª Brigada de Infantaria de Selva. Militares da Guiana tomam parte em cursos de formação e estágios no Exército Brasileiro, com uma média de 18 vagas por ano. No momento, a Guiana possui três cadetes no curso de formação de oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras e um oficial no curso de formação de oficiais da Marinha (curso específico para nações amigas). O Exército mantém uma equipe de instrutores em missão permanente na Força de Defesa da Guiana.

Cooperação fronteiriça

Em outubro de 2018, realizou-se a VII Reunião do Comitê de Fronteira, em Bonfim. Entre os principais resultados, destacam-se avanços nas áreas de segurança (cursos de capacitação de policiais guianeses e concordância em reativar a Comissão Bilateral sobre Cooperação Policial e Drogas), saúde (vigilância epidemiológica), agricultura (discussões sobre projeto de cooperação para controle e erradicação da mosca da carambola), meio ambiente (monitoramento de contaminação de água proveniente do uso de agrotóxicos na produção de arroz), entre outros.

Cooperação técnica

O programa bilateral de cooperação técnica foi renovado em 2017, com a negociação de três novos projetos: Capacitação para apoio ao controle e à erradicação da Mosca da Carambola na Guiana; Capacitação em estruturas institucionais e políticas para a gestão de recursos hídricos na Guiana; e Apoio à certificação de sementes, análise de risco de pragas e melhoria dos serviços de sanidade vegetal na Guiana.

Em 2018, destacou-se a conclusão da perfuração pelo Exército brasileiro de oito poços artesianos na região do Rupununi. A perfuração foi acompanhada de treinamento e capacitação de oficiais guianeses na perfuração, manutenção e operação de poços. Estima-se que o projeto beneficiará cerca de 10 mil pessoas, em sua maioria indígenas, em comunidades próximas à fronteira com o Brasil.

Petróleo

No contexto da descoberta de amplas jazidas de petróleo pela Guiana, cuja produção deverá ter início já em 2020, com potencial de gerar grande crescimento econômico e desenvolvimento social para o país vizinho, Brasil e Guiana vêm explorando possibilidades de cooperação no setor de energia.

Temas migratórios e consulares

Ao longo das últimas décadas, a comunidade brasileira na Guiana cresceu, atraída principalmente por atividades ligadas à mineração de ouro. O número estimado de brasileiros residentes na Guiana é de cerca de 15 mil. Essa disparidade explica-se tanto pela dificuldade de um levantamento confiável, já que um número considerável se encontra no interior do país, como pelo fato de as autoridades guianenses não possuírem dados sobre a presença de brasileiros, cuja maior parte (estima-se que 70%) não tem seu *status* migratório regularizado. Os locais de maior concentração de brasileiros são Georgetown, onde a população brasileira recebe assistência do setor consular da Embaixada; Bartica, cidade no rio Essequibo; e a região de Lethem, na fronteira com o Brasil, onde o Ministério das Relações Exteriores abriu Vice-Consulado em 2008.

No dia 31 de outubro de 2018, em Bonfim, ocorreu a VI Reunião do Grupo de Cooperação Consular bilateral. Na ocasião, as autoridades guianenses ressaltaram os esforços do governo guianês na regularização migratória dos nacionais brasileiros, enviando missões a áreas de garimpo e locais de difícil acesso.

POLÍTICA INTERNA

A República Cooperativa da Guiana adota um sistema de governo semipresidencialista unicameral. O presidente é eleito indiretamente pelo partido ou pela coligação partidária que obtiver o maior número de assentos na Assembleia Nacional. O nome do candidato presidencial é previamente definido e anunciado durante a campanha para eleições parlamentares.

Os dois partidos políticos tradicionais guianeses refletem a diversidade étnica e cultural do país. O People's Progressive Party/Civic (PPP/C), na oposição des de maio de 2015, é primariamente apoiado pela comunidade india, enquanto o People's National Congress (PNC) é apoiado pela população de origem africana. A terceira força política na Guiana é o Alliance for Change (AFC), fundado em 2005 por dissidentes dos dois partidos principais. Em janeiro de 2019 foi criada uma nova agremiação partidária, Uma Nova e Unida Guiana (ANUG), liderada por Ralph Ramkarran, ex-"Speaker" do Parlamento.

Em 2015, a coligação APNU (A Partnership for National Unity), formada pela AFC e o PNC, apresentou o líder da oposição no Congresso e presidente do PNC, David Granger, como candidato presidencial. A vitória da APNU interrompeu ciclo de 23 anos do PPP à frente do executivo guianês.

Com o início da produção de petróleo estimada para 2020, a bonança econômica prevista para as próximas décadas implicará que as próximas eleições presidenciais sejam especialmente disputadas.

Crise constitucional

Em 21 de dezembro de 2018, o presidente David Granger foi afastado pelo Parlamento em consequência de votação de moção de desconfiança aprovada por um voto de diferença (32 votos a 33). A moção foi proposta pelo PPP, partido de oposição.

A moção de desconfiança implica, nos termos da constituição da Guiana, a convocação de novas eleições no prazo de 90 dias – isto é, até 21 de março.

O governo Granger contestou a legalidade da moção de desconfiança junto ao judiciário guianense. Uma primeira decisão confirmou a legalidade da moção, mas foi revertida em março pelo Tribunal de Apelação. A oposição ingressou com recurso na Corte Caribenha de Justiça (CCJ), que ainda não proferiu decisão sobre o caso.

Um dos argumentos a embasar a contestação da legalidade da moção é a dupla nacionalidade do parlamentar que deu o voto decisivo para sua aprovação. Mantendo a coerência com a argumentação apresentada antes os Tribunais que analisam a moção de desconfiança, o governo Granger destituiu, em 25 de março último, quatro de seus Ministros detentores de dupla nacionalidade – dentre os quais o Chanceler Carl Greenidge, ainda sem substituto designado.

POLÍTICA EXTERNA

A Guiana tem demonstrado crescente interesse em dinamizar a dimensão sul-americana de sua política externa. Esse elemento foi assinalado pelo presidente Granger em seu discurso de posse, em 2015, e teve seguimento com sua participação nas duas últimas Cúpulas do MERCOSUL realizadas em Brasília (2015 e 2017). A tradicional identidade caribenha do país, contudo, permanece evidente: sede da Secretaria Executiva da Comunidade do Caribe (CARICOM), a Guiana tem no Caribe um dos principais espaços de sua atuação externa.

Questão do Essequibo

A questão do Essequibo com a Venezuela é a principal questão territorial da Guiana e o tema mais relevante de sua política externa. A reclamação venezuelana sobre área que equivale a cerca de 2/3 do território da Guiana remonta à colonização pelas potências europeias: a Venezuela contesta a decisão arbitral de 1899 que concedeu à então Guiana inglesa domínio sobre o Essequibo.

A controvérsia encontra-se, no momento, sob análise da Corte Internacional de Justiça (CIJ). A CIJ avalia, no momento, preliminar acerca de sua jurisdição sobre a disputa. A Guiana submeteu memorial à CIJ em novembro e a Venezuela, que contesta a competência da CIJ para avaliar a contenda, deveria haver apresentado contra-memorial até 18 de abril de 2019.

A contenda territorial com a Venezuela gerou incidente recente: em dezembro de 2018, navio da marinha venezuelana interceptou embarcação sismológica norueguesa, em águas territoriais guianenses, obrigando-a a deixar o local sob ameaça de ataque. A embarcação fora contratada pela empresa Exxon-Mobil, concessionária da exploração de parte das jazidas descobertas no Essequibo, para a realização de testes sismológicos. Em declaração de 4 de janeiro de 2019, o Grupo de Lima expressou “profunda preocupação com a interceptação” e instou a Venezuela a desistir de ações que violem os direitos soberanos de seus vizinhos. O Brasil manifestou, em nota de 12 de janeiro de 2019, compromisso de favorecer a solução pacífica da controvérsia territorial entre a Venezuela e a Guiana, destacando a importância do respeito ao princípio da integridade territorial e a necessidade de que as partes evitem ações capazes de pôr em risco a paz e a segurança na região.

Situação na Venezuela

A crise política na Venezuela é tema relevante na agenda diplomática regional da Guiana. Membro do Grupo de Lima, a Guiana associou-se à declaração do Grupo que considerou ilegítimas as eleições presidenciais de 20 de maio de 2018. A despeito disso, a Guiana não reconheceu Juan Guaidó como presidente interino, optando por associar-se à posição da CARICOM, do reconhecimento de Estados e não de governos.

A Guiana não tem sido particularmente atingida pelo êxodo venezuelano, embora haja fluxo migratório de indígenas que buscam em território guianês atendimento médico, comida e mesmo um novo lar.

Suriname

Com relação a outro vizinho da Guiana, o Suriname, apesar de questões lindeiras bilaterais ainda por resolver-se (disputa pela região do New River Triangle/Trigi), o presidente Granger tem indicado que diferenças devem ser resolvidas por meios pacíficos e com espírito de cordialidade. A agenda de cooperação bilateral é composta de diversos projetos que visam a aprofundar a integração entre os dois países, com a possibilidade de exploração conjunta de petróleo e projeto de compartilhamento de infraestrutura de fibra ótica.

Estados Unidos

As relações com os Estados Unidos, tradicional parceiro da Guiana, passam por momento tranquilo. A concessão à Exxon Mobil da exploração de trecho importante das novas reservas de petróleo da Guiana é indicativa de que as relações bilaterais deverão se manter estáveis. No que tange à contenda sobre o Essequibo, os Estados Unidos declararam apoio à manutenção do laudo de 1899, favorável à Guiana.

China

A China tem procurado consolidar sua presença econômica na Guiana, que abriga considerável contingente de imigrantes chineses, entre descendentes dos que chegaram ao país no século XIX e imigrantes mais recentes, que tencionam aproveitar novas oportunidades econômico-comerciais no país. É digna de nota a importância da presença chinesa para o crescimento da Guiana, com destaque para potenciais investimentos no setor de infraestrutura. Em julho de 2018, Guiana e a China assinaram memorando de entendimento no âmbito do "Silk Road Economic Belt" e do "21st Century Maritime Silk Road Initiative". O memorando prevê o aumento da cooperação bilateral em cinco áreas consideradas críticas: coordenação policial, conectividade, comércio e investimento, integração financeira e "interação entre os povos ". A iniciativa prevê recursos para a construção de um novo porto de águas profundas e a possibilidade de construção da nova ponte sobre o rio Demerara.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia guianense tem demonstrado capacidade de manter ritmo de crescimento apreciável nos últimos anos e vive momento de transição importante, com a descoberta de reservas de petróleo que poderiam alcançar mais de 5,5 bilhões de barris. A Guiana já é o 22º país do mundo em reservas do recurso mineral, e deverá subir posições à medida que descobertas de novas jazidas forem anunciadas. Estima-se que serão produzidos 100.000 barris de óleo por dia a partir de 2020, quando a ExxonMobil planeja iniciar a produção no campo Liza. Acredita-se que a Guiana poderá chegar a produzir até 500.000 barris por dia quando todas as fases estiverem operando. Em abril de 2019, a ExxonMobil anunciou a décima terceira descoberta de petróleo no bloco Stabroek, o que deve aumentar consideravelmente o volume de reservas do país.

Para fazer frente a essa rápida expansão, a Guiana encontra-se em processo de atualização de seu marco regulatório para a exploração de petróleo, e vem sinalizando mudanças como a passagem da modalidade de concessão de blocos para a de licitação das empresas exploradoras.

De acordo com o Banco Mundial, as projeções de crescimento para a Guiana foram de 3,4% em 2018 e 4,6% em 2019, resultados impulsionados pelo persistente fortalecimento dos setores de construção civil e de rizicultura, assim como pela recuperação do setor de mineração. As estimativas de crescimento do PIB saltam para impressionantes 30% em 2020 e 24,8% em 2021, em razão do início da extração do petróleo das reservas recém-descobertas.

Em 2018, conforme dados do FMI, a inflação foi de cerca de 1,3%. Estima-se que o déficit tenha aumentado para 5,4% do PIB, devido aos custos da reestruturação da indústria açucareira e do aumento de gastos relacionados a infraestrutura.

Seis *commodities* (ouro, arroz, bauxita, açúcar, madeira e camarão) representam cerca de 60% do PIB nacional. A extração de ouro, diamante, bauxita e a produção de arroz ainda serão os pilares da economia guianense até o início da produção de petróleo.

De acordo com a UNCTAD, o déficit da balança comercial totalizou cerca de US\$ 2,5 bilhões em 2018. Pedras e metais preciosos respondem por 41,8% das exportações da Guiana. Os principais produtos importados pela Guiana em 2018 foram embarcações (38,9%) e combustíveis e lubrificantes (11,9%).

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
Séc. XV	Habitada por arauaques, caraíbas e uaraus, a região é visitada por Cristóvão Colombo
1621	Começa a colonização por holandeses da Companhia das Índias Ocidentais. O cultivo da cana-de-açúcar é a base da economia.
1814	Território passa ao domínio inglês
1838	Após a libertação dos escravos africanos, são contratados indianos para trabalhar na agricultura.
1953	Guiana ganha limitada autonomia. A vitória eleitoral do Partido Progressista do Povo (PPP), de esquerda, conduz Cheddi Jagan ao cargo de primeiro-ministro.
1964	Congresso Nacional Popular (PNC) vence as eleições, e seu líder, Forbes Burnham, assume o governo. Crescem os conflitos entre o PPP e o PNC.
1966	Guiana proclama sua independência; Burnham nacionaliza os principais setores da economia e se aproxima do bloco socialista.
1968	Estabelecidas relações diplomáticas com o Brasil
1973	Burnham é reeleito.
1973	Guiana adere à Comunidade Caribenha (CARICOM)
1980	Burnham é eleito pela terceira vez
1980	Constituição inclui o Território Essequibo (em disputa com a Venezuela, objeto do Acordo de Genebra de 1966) dentro dos limites territoriais da Guiana.
1985	Morre Burnham, e é sucedido por Desmond Hoyte, também do PNC, que estende seu mandato até 1992.
1992	Cheddi Jagan (PPP), aliado ao movimento Cívico, é eleito presidente.
1992	Samuel Hinds é eleito primeiro-ministro (permanece no cargo até 2008, com exceção de curto período em 1997, no qual assumiu a Presidência, com a renúncia de Janet Jagan).
1997	Após a morte de Cheddi Jagan, sua esposa, Janet Jagan é eleita presidente
1998	Declarado estado de emergência em Georgetown, como resposta à escalada da tensão racial
1999	Janet Jagan renuncia por motivos de saúde e Bharrat Jagdeo (PPP), então ministro das Finanças, assume a Presidência.
2001	Bharrat Jagdeo é eleito presidente e PPP/Cívico conquista a maioria das cadeiras da Assembleia Nacional. O PNC não reconhece a derrota. Durante meses, há conflitos entre partidários dos dois grupos.
2006	Assassinado o Ministro da Agricultura da Guiana, Satyadeow Sawn. Adiadas as eleições gerais. Em função da legislação eleitoral, o Parlamento é dissolvido e o prazo constitucional para a realização do pleito eleitoral é dilatado.
2006	Jagdeo é reeleito, para mandato de 5 anos.

2007	E proferida sentença arbitral do Tribunal Internacional do Direito do Mar a respeito do diferendo marítimo com o Suriname. A sentença confere à Guiana direitos sobre a maior parte da área contestada.
2008	O chanceler Samuel Insanally renuncia ao cargo por motivos de saúde e é substituído por Carolyn Rodrigues-Birkett.
2008	O presidente Jagdeo e a nova chanceler participam da Reunião de Cúpula da UNASUL, em Brasília.
2011	Donald Ramotar, do PPP (partido de Bharrat Jagdeo), é eleito presidente.
2012	O candidato da APNU a presidente em 2011, David Granger, é escolhido líder da oposição.
2014	Partidos de oposição tentam aprovar moção de desconfiança contra o presidente, que suspende os trabalhos da Assembleia Nacional por seis meses. Ramotar anuncia convocação de eleições gerais para 2015.
2015	David Granger, da coalizão APNU-AFC, é eleito presidente, derrotando o partido PPP-C, do candidato e então presidente Donald Ramotar. É aprovada lei sobre lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Governo anuncia a realização de eleições locais em março de 2016.
2016	São realizadas eleições locais após hiato de mais de 20 anos. PPP obtém mais votos nacionalmente, mas coalizão APNU/AFC conquista esmagadora vitória em Georgetown, onde se concentra mais de 50% da população do país.
2018	Presidente David Granger indica que será candidato à reeleição em 2020. PPP apresenta moção de desconfiança contra o governo e obtém vitória por um voto. Governo questiona a validade da moção de desconfiança na Justiça. A Guiana submete memorial à Corte de Internacional de Justiça no âmbito de procedimento instaurado sobre a questão de Essequibo.
2019	Tribunal de Apelação da Guiana reverte decisão da Corte Suprema e considera inválida a moção de desconfiança aprovada contra o governo da coalizão APNU/AFC. Oposição ingressa com recurso na Corte Caribenha de Justiça (CCJ) contra decisão do Tribunal de Apelação.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1904	O Rei da Itália, Vitor Emanuel III, divulga, em 6 de junho, laudo arbitral relativo à questão da Guiana Inglesa (ou questão do Pirara), entre o Brasil e o Reino Unido, dividindo o território disputado - 3/5 para o Reino Unido e 2/5 para o Brasil.
1936	Assinado Acordo do Ponto de Trijunção entre Brasil, Países Baixos e Inglaterra, regulamentando a fronteira entre Brasil, Suriname e Guiana.
1968	Missão do Governo da Guiana, chefiada pelo Primeiro-Ministro Ptolemy Reid, visita o Brasil, no primeiro contato de alto nível entre os dois países. Na ocasião, é firmado acordo cultural e fica caracterizado o estabelecimento de relações diplomáticas.
1971	O Ministro das Relações Exteriores Mário Gibson é o primeiro chanceler latino-americano a visitar a Guiana. Na ocasião, acordase o estabelecimento de uma comissão de cooperação econômica, a assinatura de um convênio cultural e inicia-se cooperação tecnológica e em matéria de transporte.
1982	Assinado, em janeiro, o Acordo para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Tacutu. O Chanceler Saraiva Guerreiro visita a Guiana e o Chanceler guianês visita o Brasil. São assinados Tratado de Amizade e Cooperação, Acordo Básico de Cooperação Técnica, Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, e memorando sobre interconexão dos sistemas viários brasileiro e guianês. Visita do Presidente da Guiana, Forbes Burnham, ao Brasil.
1988	O Presidente José Sarney visita a Guiana.
1993	Visita do Presidente Cheddi Jagan a Brasília.
2002	Visita do Chanceler Rudolph Insannaly a Brasília.
2003	Visita de trabalho do Presidente Jagdeo ao Brasil.
2005	O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita a Guiana.
2007	São retomadas as obras da Ponte sobre o Rio Tacutu. O Presidente Lula visita Georgetown para participar de Reunião de Cúpula do Grupo do Rio.
2008	O Presidente Bharrat Jagdeo participa, em maio, da Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo na qual se firmou o Tratado Constitutivo da UNASUL, em Brasília. O Presidente Bharrat Jagdeo participa das cúpulas regionais (Grupo do Rio, UNASUL e CALC) na Costa do Sauípe, Bahia.
2009	Ponte sobre o Rio Tacutu é aberta ao tráfego de pessoas e veículos em julho e inaugurada pelos Presidentes do Brasil e da Guiana. A I Reunião do Comitê de Fronteira é realizada em novembro, em Boa Vista.

2010	Presidente Bharrat Jagdeo visita Brasília.
2011	Visita do Chanceler Antonio Patriota a Georgetown, onde mantém encontros com o Presidente Bharrat Jagdeo e com sua homóloga Carolyn Rodrigues-Birkett.
2012	A Chanceler Carolyn Rodrigues-Birkett visita Brasília. Assinatura de Memorando de Entendimento entre Brasil e Guiana sobre projetos de infraestrutura.
2013	Na Cúpula do Mercosul, Guiana e Suriname tornam-se membros observadores do mecanismo. Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Guiana se encontram à margem da Cúpula do Mercosul, em Montevidéu, e criam a Comissão Mista Brasil-Guiana para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura.
2015	O Presidente David Granger visita Brasília e mantém encontro com a Presidenta Dilma Rousseff, por ocasião de Cúpula do Mercosul.
2016	Visita do Ministro Mauro Vieira a Georgetown, ocasião em que é recebido pelo Presidente da Guiana, David Granger, mantém reunião de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores da Guiana, Carl Greenidge, e visita o Secretário-Geral da CARICOM, Embaixador Irwin LaRocque.
2017	Visita ao Brasil do Vice-Presidente e Ministro das Relações Exteriores da Guiana, Carl Greenidge, e do Ministro de Infraestrutura, David Patterson. Visita ao Brasil do presidente da Guiana, David Arthur Granger.
2018	Visita do ministro Aloysio Nunes Ferreira à Guiana
2019	O Vice Presidente e Chanceler Carl Greenidge representa a Guiana na posse do presidente Jair Bolsonaro. Na ocasião, manteve encontro de trabalho com seu homólogo, Chanceler Ernesto Araújo.

ACORDOS BILATERAIS				
	Título	Outra Parte	Data de Celebração	Vigência
1.	Convênio Cultural.	Guiana	28/08/1968	Em vigor
2.	Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Cooperação Econômica.	Guiana	11/11/1971	Em vigor
3.	Ajuste Relativo à Execução de Projetos de Cooperação Técnica, Complementar ao Convênio Cultural de 28 de agosto de 1968.	Guiana	11/11/1971	Em vigor
4.	Acordo Relativo ao estabelecimento de um Entreposto de depósito Franco de Mercadorias Exportadas ou Importadas pelo Brasil.	Guiana	11/11/1971	Em vigor
5.	Declaração Conjunta.	Guiana	11/11/1971	Em vigor
6.	"Aide Memoire" sobre Cooperação Técnica entre os Dois Países.	Guiana	11/11/1971	Em vigor
7.	Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares	Guiana	10/05/1974	Em vigor
8.	Comissão Mista Brasileiro Guineense.	Guiana	13/07/1976	Em vigor
9.	Comunicado Conjunto	Guiana	13/07/1976	Em vigor
10.	Entendimento para Intercâmbio de Informações Geológicas.	Guiana	31/01/1979	Em vigor
11.	Acordo de Cooperação Sanitária.	Guiana	08/06/1981	Em vigor
12.	Acordo Básico de Cooperação Técnica.	Guiana	29/01/1982	Em vigor
13.	Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica.	Guiana	29/01/1982	Em vigor
14.	Acordo para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Tacutu.	Guiana	29/01/1982	Em vigor
15.	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Instituto de Ciências Aplicadas e Tecnologia (IASAT), de 29 de janeiro de 1982.	Guiana	29/01/1982	Em vigor
16.	Comunicado Conjunto.	Guiana	29/01/1982	Em vigor
17.	Protocolo de Intenções.	Guiana	22/06/1982	Em vigor
18.	Acordo de Cooperação Amazônica.	Guiana	05/10/1982	Em vigor
19.	Tratado de Amizade e Cooperação.	Guiana	05/10/1982	Em vigor
20.	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 29 de janeiro de 1982, nas Áreas da Pesquisa e da Utilização de Recursos Energéticos.	Guiana	05/10/1982	Em vigor

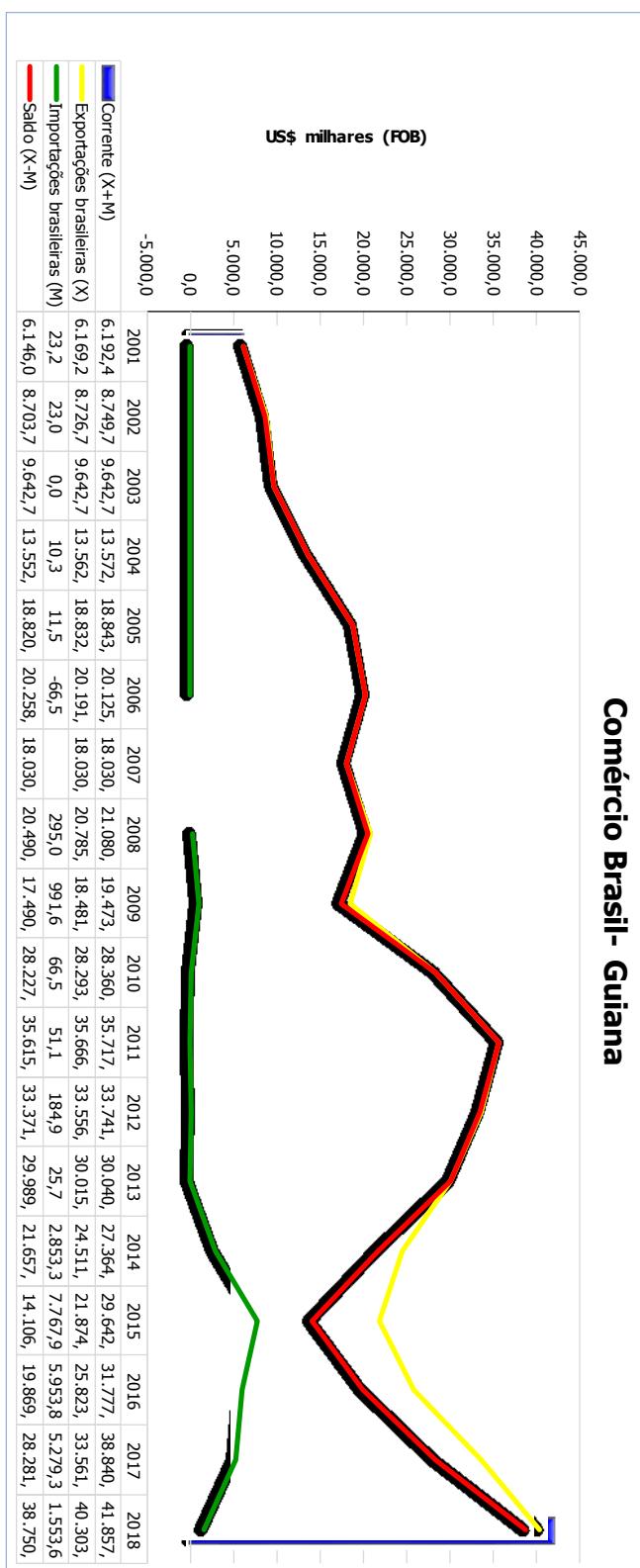
21.	Acordo, por Troca de Notas, Relativo à Isenção da Taxa de Melhoramento de Portos para Mercadores em Trânsito pelo Porto de Manaus.	Guiana	05/10/1982	Em vigor
22.	Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas da Agricultura e da Agroindústria.	Guiana	05/10/1982	Em vigor
23.	Memorandum de Entendimento sobre a Interconexão dos Sistemas Viários Brasileiro e Guianense.	Guiana	05/10/1982	Em vigor
24.	Declaração Conjunta	Guiana	05/10/1982	Em vigor
25.	Comunicado Conjunto sobre as Conversações, durante a Visita do Senhor Ministro das Relações Exteriores, a Guiana, da Comunidade do Caribe, em 16 de setembro de 1988.	Guiana	16/09/1988	Em vigor
26.	Comunicado Conjunto.	Guiana	16/09/1988	Em vigor
27.	Programa de Trabalho em Georgetown.	Guiana	16/09/1988	Em vigor
28.	Acordo, por Troca de Notas, para a Criação de Grupos de Informação e Acompanhamento (CIACs).	Guiana	16/09/1988	Em vigor
29.	Declaração Conjunta.	Guiana	04/03/1989	Em vigor
30.	Declaração Conjunta	Guiana	04/10/1989	Em vigor
31.	Plano de Metas - 1989/1990.	Guiana	04/10/1989	Em vigor
32.	Protocolo de Intenções Relativo à Cooperação Bilateral para Completar a Interconexão dos Sistemas Viários do Brasil e a Guiana.	Guiana	04/10/1989	Em vigor
33.	Protocolo de Intenções na Área de Saúde.	Guiana	04/10/1989	Em vigor
34.	Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de um Grupo de Cooperação Consular.	Guiana	17/11/1993	Em vigor
35.	Comunicado Conjunto.	Guiana	18/11/1993	Em vigor
36.	Acordo, por Troca de Cartas, para a Reativação da Comissão Mista Brasil-Guiana.	Guiana	18/11/1993	Em vigor
37.	Comunicado Conjunto.	Guiana	25/08/1997	Em vigor
38.	Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	Guiana	20/05/1999	Em vigor
39.	Acordo, por troca de Notas, de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficial/Serviço Especial e Oficial de ambos os Países.	Guiana	20/05/1999	Em vigor
40.	Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Cooperação entre a Polícia Federal do Brasil e a Força Policial da Guiana.	Guiana	18/04/2002	Em vigor
41.	Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Político de Consulta.	Guiana	02/10/2002	Em vigor

42.	Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas	Guiana	07/02/2003	Em vigor
43	Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos (2003)	Guiana	30/07/2003	Em vigor
44	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Gestão de Base de Dados de Produção de Gado Leiteiro e Vigilância de Doenças na Guiana.	Guiana	30/07/2003	Em vigor
45	Comunicado Conjunto por Ocasião da Visita de Estado à Guiana do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva	Guiana	15/02/2005	Em vigor
46	Acordo de Cooperação entre os Institutos Diplomáticos entre o Brasil e a Guiana	Guiana	15/02/2005	Em vigor
47	Programa Executivo Brasil-Guiana na Área da Educação	Guiana	15/02/2005	Em vigor
48	Ajuste Complementar na Área de Saúde ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Guiana	Guiana	15/02/2005	Em vigor
49	Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso do Etanol Combustível.	Guiana	12/09/2005	Em vigor
50	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Programa de Treinamento para Produtores em Técnicas de Produção para o Desenvolvimento da Indústria do Caju na Guiana".	Guiana	12/09/2005	Em vigor
51	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Transferência de Técnicas para o Estabelecimento da Produção da Soja nas Savanas Intermediárias da Guiana".	Guiana	12/09/2005	Em vigor
52	Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto Transferência de Técnicas para Contribuir no Desenvolvimento do Setor de Aquicultura da Guiana	Guiana	07/10/2008	Em vigor
53	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto Transferência de Técnicas para a Produção de Arroz de Sequeiro nas Savanas da Guiana	Guiana	07/10/2008	Em vigor

54	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto Fortalecimento da Capacidade de Monitoramento da Comissão Florestal da Guiana	Guiana	07/10/2008	Em vigor
55	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto Transferência de Técnicas para a Produção de Milho nas Savanas da Guiana	Guiana	07/10/2008	Em vigor
56	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana no Setor Postal	Guiana	07/10/2008	Em vigor
57	Programa Executivo Relativo ao Convênio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para os anos 2009-2012	Guiana	14/09/2009	Em vigor
58	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para a implementação do Projeto “Mapeamento Geológico e da Geodiversidade da Fronteira Guiana-Brasil”	Guiana	14/09/2009	Em vigor
59	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para a Implementação do Projeto “Manejo Integrado da Mosca da Fruta na Guiana”	Guiana	14/09/2009	Em vigor
60	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para a Promoção do Comércio e do investimento	Guiana	14/09/2009	Em vigor
61	Memorando de Entendimento entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República da Guiana para a criação do Comitê de Fronteira	Guiana	14/09/2009	Em vigor
62	Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e o Ministério da Agricultura da República da Guiana na Área de Segurança Fitossanitária de Produtos de Origem Vegetal	Guiana	26/04/2010	Em vigor

63	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativa Guiana para Cooperação na Área de Educação Física e Esportes.	Guiana	11/08/2011	Em vigor
64	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana sobre projetos de infraestrutura na Guiana	Guiana	05/12/2012	Em vigor
65	Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativa da Guiana.	Guiana	28/06/2017	Tramitação Congresso Nacional
66	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana para a Implementação do Projeto "Apoio à Certificação de Sementes, Análise de Risco de Pragas e Modernização dos Serviços de Fitossanidade na Guiana".	Guiana	28/06/2017	Em vigor
67	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana para a Execução do Projeto "Tecnologia para Combate aos Efeitos da Seca na Região 9 da Guiana"	Guiana	21/12/2017	Em vigor
68	Ajuste Complementar ao Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o da República Cooperativista da Guiana que Cria a "Comissão Mista Brasil-Guiana para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura"	Guiana	21/12/2017	Em vigor
69	Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana.	Guiana	13/12/2018	Tramitação MRE

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

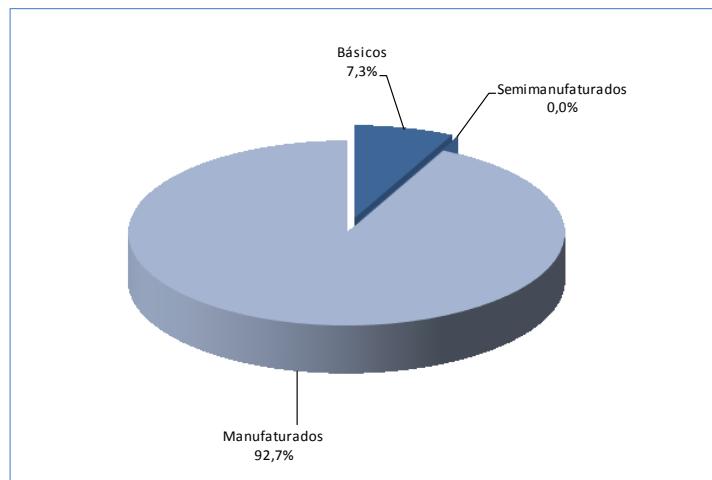


2018/2019	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2018 (jan- mar)	10.191,4	107,2	10.298,6	10.084,2
2019 (jan-mar)	9.418,1	19,0	9.437,1	9.399,1

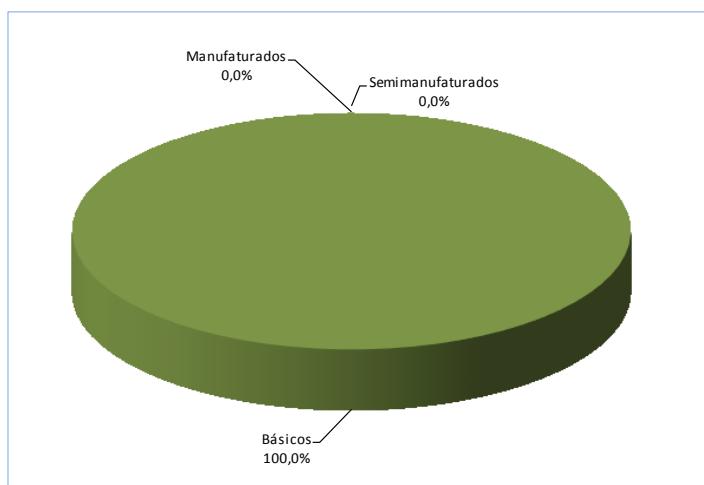
Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDEC, Abril de 2019.

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2018**

Exportações



Importações



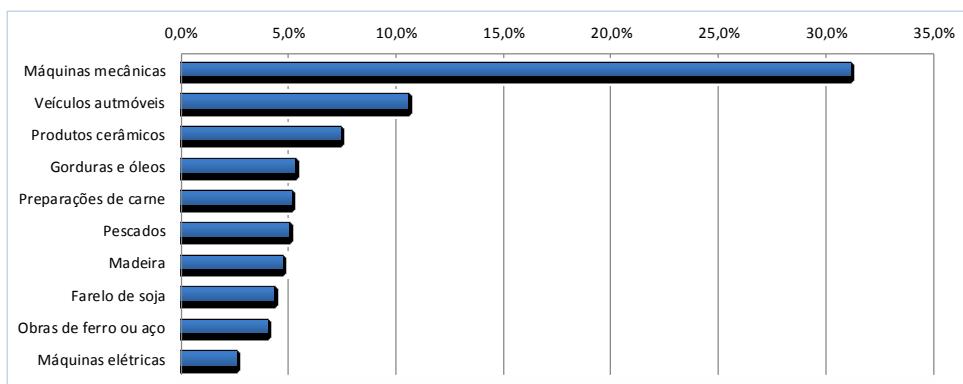
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2019.

Composição das exportações brasileiras para a Guiana
US\$ milhares

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	8.293,2	32,1%	12.963,5	38,6%	12.556,8	31,2%
Veículos automóveis	649,1	2,5%	893,8	2,7%	4.254,8	10,6%
Produtos cerâmicos	2.381,9	9,2%	2.680,1	8,0%	2.972,7	7,4%
Gorduras e óleos	998,7	3,9%	1.762,3	5,3%	2.127,0	5,3%
Preparações de carne	2.173,0	8,4%	2.326,7	6,9%	2.054,1	5,1%
Pescados	0,0	0,0%	0,0	0,0%	2.018,9	5,0%
Madeira	1.216,7	4,7%	2.054,5	6,1%	1.895,8	4,7%
Farelo de soja	867,6	3,4%	1.467,9	4,4%	1.728,5	4,3%
Obras de ferro ou aço	448,1	1,7%	464,4	1,4%	1.619,2	4,0%
Máquinas elétricas	1.012,8	3,9%	1.300,1	3,9%	1.034,1	2,6%
Subtotal	18.041,1	69,9%	25.913,3	77,2%	32.261,9	80,0%
Outros	7.782,3	30,1%	7.647,7	22,8%	8.041,8	20,0%
Total	25.823,4	100,0%	33.561,0	100,0%	40.303,7	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018

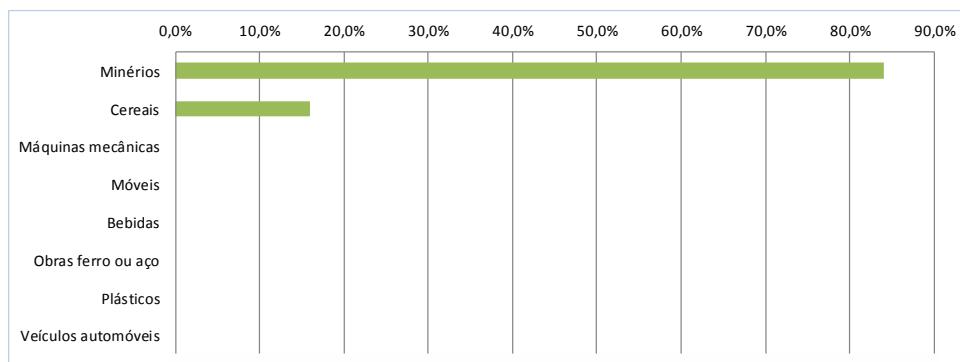


Composição das importações brasileiras originárias da Guiana
US\$ milhares

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Minérios	0,0	0,0%	0,0	0,0%	1.306,7	84,1%
Cereais	5.882,9	98,8%	5.278,8	100,0%	247,0	15,9%
Máquinas mecânicas	0,0	0,0%	0,4	0,0%	0,0	0,0%
Móveis	0,0	0,0%	0,2	0,0%	0,0	0,0%
Bebidas	70,5	1,2%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Obras ferro ou aço	0,2	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Plásticos	0,1	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Veículos automóveis	0,1	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	5.953,8	100,0%	5.279,4	100,0%	1.553,7	100,0%
Outros	0,0	0,0%	-0,1	0,0%	-0,1	0,0%
Total	5.953,8	100,0%	5.279,3	100,0%	1.553,6	100,0%

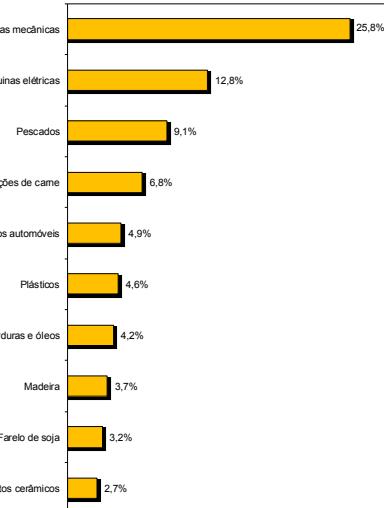
Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018

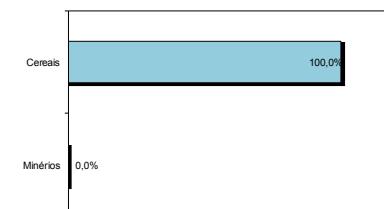


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

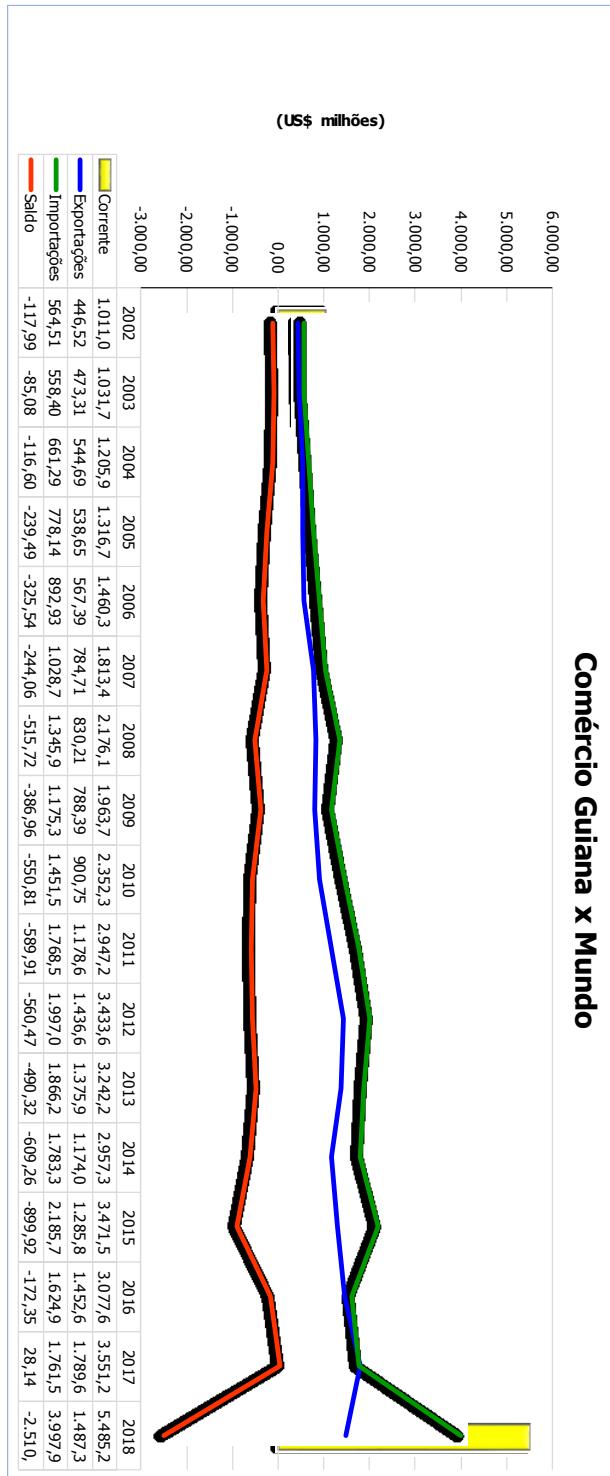
Grupos de produtos (SH2)	2018 (jan-mar)	Part. % no total	2019 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2019
Exportações					
Máquinas mecânicas	3.558,3	34,9%	2.433,0	25,8%	Máquinas mecânicas 25,8%
Máquinas elétricas	139,8	1,4%	1.208,5	12,8%	Máquinas elétricas 12,8%
Pescados	94,4	0,9%	852,6	9,1%	Pescados 9,1%
Preparações de carne	716,7	7,0%	644,0	6,8%	Preparações de carne 6,8%
Veículos automóveis	1.632,9	16,0%	461,4	4,9%	Veículos automóveis 4,9%
Plásticos	23,5	0,2%	437,3	4,6%	Plásticos 4,6%
Gorduras e óleos	552,6	5,4%	395,0	4,2%	Gorduras e óleos 4,2%
Madeira	589,5	5,8%	344,5	3,7%	Madeira 3,7%
Farelo de soja	489,2	4,8%	298,1	3,2%	Farelo de soja 3,2%
Produtos cerâmicos	533,8	5,2%	252,8	2,7%	Produtos cerâmicos 2,7%
Subtotal	8.330,7	81,7%	7.327,2	77,8%	
Outros	1.860,7	18,3%	2.090,9	22,2%	
Total	10.191,4	100,0%	9.418,1	100,0%	



Grupos de produtos (SH2)	2018 (jan-mar)	Part. % no total	2019 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2019
Importações					
Cereais	95,0	88,6%	19,0	100,0%	
Minérios	12,2	11,4%	0,0	0,0%	
Subtotal	107,2	100,0%	19,0	100,0%	
Outros produtos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	
Total	107,2	100,0%	19,0	100,0%	



Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.



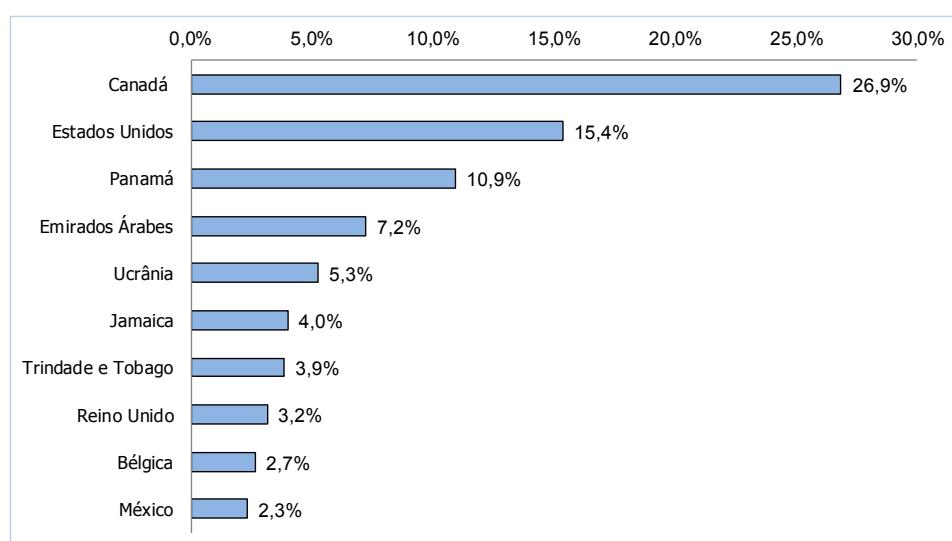
Elaborado pelo MRE/DPRI/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, April 2019.

Principais destinos das exportações da Guiana
US\$ milhões

Países	2018	Part.% no total
Canadá	399,41	26,9%
Estados Unidos	228,48	15,4%
Panamá	162,53	10,9%
Emirados Árabes	107,61	7,2%
Ucrânia	78,18	5,3%
Jamaica	59,61	4,0%
Trindade e Tobago	57,55	3,9%
Reino Unido	46,95	3,2%
Bélgica	39,49	2,7%
México	34,69	2,3%
...		
Brasil (56º lugar)	0,27	0,0%
Subtotal	1.214,8	81,7%
Outros países	272,6	18,3%
Total	1.487,3	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2019.

10 principais destinos das exportações

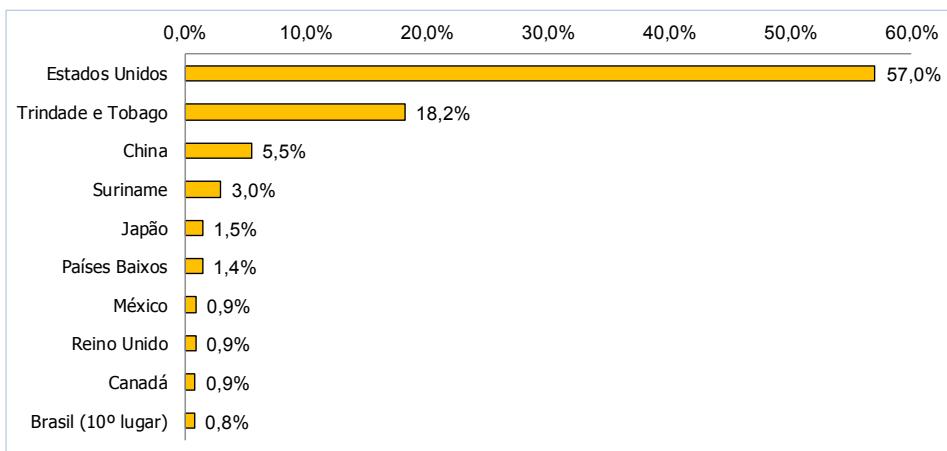


Principais origens das importações da Guiana
US\$ milhões

Países	2018	Part.% no total
Estados Unidos	2.279,54	57,0%
Trindade e Tobago	726,28	18,2%
China	219,93	5,5%
Suriname	119,24	3,0%
Japão	58,23	1,5%
Países Baixos	56,99	1,4%
México	36,50	0,9%
Reino Unido	35,09	0,9%
Canadá	34,16	0,9%
Brasil (10º lugar)	31,40	0,8%
Subtotal	3.600,37	90,1%
Outros países	397,57	9,9%
Total	3.997,94	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, April 2019.

10 principais origens das importações

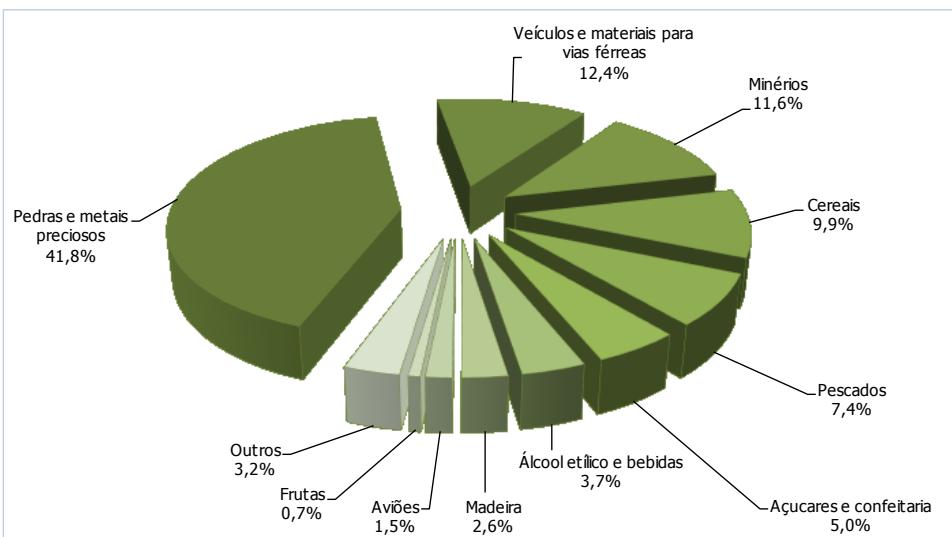


Composição das exportações do Guiana
US\$ milhões

Grupos de Produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Pedras e metais preciosos	622,4	41,8%
Veículos e materiais para vias férreas	184,7	12,4%
Minérios	171,9	11,6%
Cereais	147,4	9,9%
Pescados	110,8	7,4%
Açucares e confeitaria	74,8	5,0%
Álcool etílico e bebidas	55,3	3,7%
Madeira	39,1	2,6%
Aviões	22,6	1,5%
Frutas	10,2	0,7%
Subtotal	1.439,1	96,8%
Outros	48,3	3,2%
Total	1.487,3	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2019.

10 principais grupos de produtos exportados

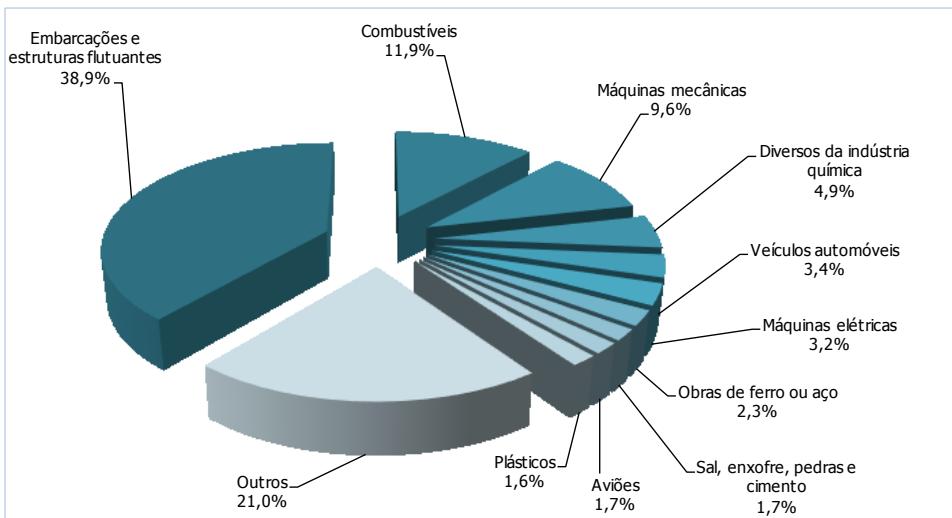


Composição das importações da Guiana
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Embarcações e estruturas flutuantes	1.553,3	38,9%
Combustíveis	475,6	11,9%
Máquinas mecânicas	383,1	9,6%
Diversos da indústria química	197,1	4,9%
Veículos automóveis	134,1	3,4%
Máquinas elétricas	126,3	3,2%
Obras de ferro ou aço	90,6	2,3%
Sal, enxofre, pedras e cimento	67,7	1,7%
Aviões	66,8	1,7%
Plásticos	65,4	1,6%
Subtotal	3.160,1	79,0%
Outros	837,9	21,0%
Total	3.997,9	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2019.

10 principais grupos de produtos importados



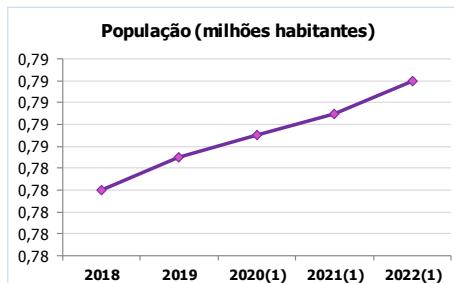
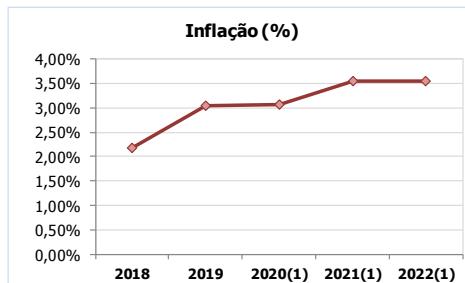
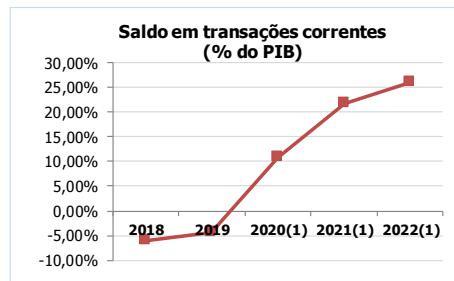
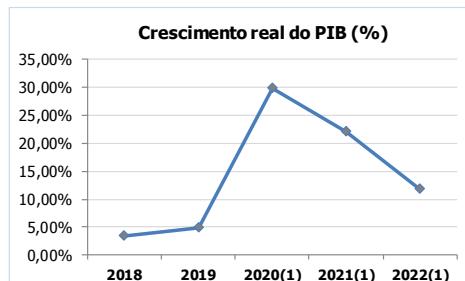
Principais indicadores socioeconômicos da Guiana

Indicador	2018	2019	2020⁽¹⁾	2021⁽¹⁾	2022⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	3,42%	4,80%	29,84%	22,12%	11,76%
PIB nominal (US\$ bilhões)	3,64	3,88	4,67	5,44	5,99
PIB nominal "per capita" (US\$)	4.649	4.938	5.930	6.895	7.570
PIB PPP (US\$ bilhões)	6,67	7,14	9,44	11,75	13,37
PIB PPP "per capita" (US\$)	8.525	9.097	12.000	14.883	16.891
População (milhões habitantes)	0,78	0,79	0,79	0,79	0,79
Desemprego (%)	—	—	—	—	—
Inflação (%) ⁽²⁾	2,18%	3,04%	3,07%	3,54%	3,54%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-6,06%	-4,35%	10,74%	21,87%	26,11%
Dívida externa (US\$ bilhões)	—	—	—	—	—
Câmbio (X / US\$) ⁽²⁾	—	—	—	—	—
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura			15,4%		
Indústria			15,3%		
Serviços			69,3%		

Elaborado pelo MRE, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2018, da EIU e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



EMBAIXADA DO BRASIL EM GEORGETOWN**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR LINEU DE PAULA**

A Guiana, um dos dez países que faz fronteira com o Brasil, passou a ocupar um lugar de maior relevância na política externa brasileira, mesmo apesar da reduzida área territorial e de sua pequena economia. Os anos de 2017 e 2018 devem ser considerados como marcos nas relações bilaterais, pois foram inúmeros os encontros entre autoridades e reuniões de comissões durante todo esse período, e que registrou ainda a visita oficial do presidente David Granger a Brasília, em 21 de dezembro de 2017, quando dois importantes acordos foram assinados: o "Ajuste Complementar ao Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o da República Cooperativista da Guiana que cria a "Comissão Mista Brasil-Guiana para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura", com vistas a apoiar, por meio de projeto de engenharia, a pavimentação de trecho da estrada Lethem-Linden; e o "Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o da República Cooperativista da Guiana para a execução do projeto "Tecnologias para Combate aos Efeitos da Seca na Região IX da Guiana", que permitiu que o Exército Brasileiro perfurasse durante 2018 oito poços artesianos na região do Rupununi, próxima ao Brasil, em benefício de comunidades indígenas.

2. É importante ainda mencionar que, em 2018, foram comemorados os cinquenta anos de relações diplomáticas entre os dois países e foram registradas várias celebrações tanto na Guiana como no Brasil, inclusive com o lançamento de selos comemorativos pelos dois países.

3. A Guiana é importante para o Brasil em muitos aspectos, inclusive o militar, já que a saída para o Atlântico é uma rota estratégica. Somos vistos como um vizinho que entende os problemas guianenses e que defenderá sua integridade territorial caso ameaçada.

4. Por outro lado, Roraima, com o apoio das autoridades estaduais e dos senadores do Estado, tem consciência de que a Guiana é a melhor opção para uma saída rápida de suas exportações para o Atlântico, o que tem incentivado uma maior aproximação das duas partes.

5. O presidente David Granger é amigo do Brasil - estudou em Manaus - e sempre busca uma maior aproximação. O representante da Guiana em Brasília é um de seus melhores diplomatas. Granger, comentando seu estilo de governo, afirmou, em entrevista de 2018, que as relações com o Brasil são prova disso.

6. Muitas são as prioridades do Posto para 2019 e para os anos seguintes em continuidade aos encontros de 2017 e 2018, em áreas como política, educacional, comercial, econômica, cooperação técnica, cultural, militar, de segurança e consular. Um maior acompanhamento da Secretaria-Geral da CARICOM é prejudicado pelas dificuldades de acesso ao organismo.

Política interna

7. O acompanhamento da política interna é uma das prioridades do Posto. A Guiana vivia uma estabilidade política e econômica há já muitos anos, traduzida por baixos índices de inflação, câmbio estável e alternância de poder sem maiores sustos. No entanto, no final de 2018 foi aprovada moção de desconfiança contra o governo do presidente David Granger. Decisão da Corte de Apelação anulando o voto de desconfiança fez com que a oposição entrasse com recurso na Corte Caribenha de Justiça. A Corte de Apelação considerou que, em um parlamento com 65 deputados, a maioria deveria ser de 34 parlamentares, e não 33 como o bom senso indica. Enquanto a CCJ não se reúne para analisar o recurso, a política interna segue em ritmo lento.

8. Outro assunto decorrente da aprovação do voto de desconfiança foi a decisão da Corte de Apelação de fazer cumprir a Constituição, que proíbe detentores de passaportes de outros países de serem parlamentares. Em um país com grande falta de pessoal essa regra não vinha sendo cumprida há anos. Mas tendo em vista a decisão da corte, quatro ministros de estado do partido governista (APNU/AFC) já renunciaram e a oposição (PPP/C) já identificou dois parlamentares que serão eventualmente substituídos. No sistema da Guiana, que copia o britânico, os ministros de estado também são membros do parlamento.

9. O mandato do presidente David Granger só termina em 2020 e ainda há dúvidas se ele irá concorrer. Granger está sendo tratado em Havana há mais de nove meses depois de ter sido detectado um linfoma Non-Hodgkin. O candidato da oposição, Irfaan Ali, é tutelado pelo ex-presidente Bharrat Jagdeo e é por muitos considerado não preparado para exercer a presidência. Mas o PPP/C, o partido de oposição ao atual governo, continua a ser o maior partido político do país. O presidente David Granger só ganhou as eleições de 2015 por ter se aliado ao AFC - Alliance for a Change, uma dissidência do PPP.

10. Para entender a Guiana deve-se sempre levar em conta que a política local é dominada pelos dois principais grupos étnicos: o PPP concentra a preferência dos descendentes de indianos enquanto que o partido do presidente Granger, o APNU, concentra a preferência dos descendentes de africanos. Os dois grupos se entendem bem, mas em época de eleição as desavenças tendem a aumentar, sem, contudo, provocar desestabilização social.

Política externa

11. A principal questão de política externa da Guiana é a reclamação da Venezuela sobre 2/3 de seu território. O Brasil é visto como um protetor de sua integridade territorial assim como um parceiro confiável que apoia a Guiana nos foros internacionais. O Posto acompanha a política da Guiana em suas relações com o Caribe, o Suriname e a comunidade internacional. Outra atividade do Posto é acompanhar as relações da Guiana com os organismos regionais. O governo local agrega importância à continuada participação de seu país nos foros da região, particularmente o MERCOSUL e a ALADI, e atribui prioridade à integração regional. O

Brasil e a Guiana (junto com Saint Kitts and Nevis) assinaram recentemente o Acordo de Alcance Parcial nº 38 (AAP-38), no âmbito da ALADI. O objetivo do instrumento é promover o incremento dos fluxos de comércio bilaterais por meio do intercâmbio de preferências tarifárias entre as Partes, cooperação em temas de comércio e participação crescente do setor privado.

Economia

12. A Guiana continuará a crescer rapidamente nos próximos anos, em decorrência da descoberta de gigantescas reservas de petróleo em suas águas territoriais. As descobertas continuam e, em abril de 2019, nova área de exploração foi anunciada, a décima terceira, o que levará o nível das reservas a ultrapassar os 5,5 bilhões de barris já contabilizados. O atual governo está tomando iniciativas para o início da produção de petróleo, que deverá começar a gerar riqueza a partir de 2020. Essa surpreendente descoberta deverá alterar de maneira significativa as perspectivas econômicas da Guiana e o Brasil deve aproveitar essa oportunidade para ampliar sua presença no país. A extração de ouro, diamante, bauxita e a produção de arroz ainda serão os pilares da economia até o início da produção de petróleo, mas a partir daí um novo ciclo de crescimento começará. A falta de preparo dos órgãos responsáveis pelo contrato com a Exxon - e a falta de pessoal qualificado em geral - e a quantidade de dinheiro (o PIB do país deverá quadruplicar em pouco tempo e o país não está preparado para isso) são óbices que o governo terá que enfrentar.

Comércio bilateral com o Brasil

13. Um dos desafios da política externa brasileira para a Guiana é o aumento de volume de comércio entre os dois países. Ambas as partes têm constatado, em diversas ocasiões, a necessidade de aumento do volume de comércio bilateral, a fim de consolidar a integração sul-americana, fortalecer a segurança alimentar tanto para a região Norte do Brasil como também para a Guiana e o Caribe em geral. Considero, dessa maneira, importante a instalação de Setor de Promoção Comercial (SECOM) neste Posto para o desenvolvimento das relações comerciais com esses parceiros.

14. A Guiana é parceira estratégica para escoamento da produção da região Norte do país e para a importação de "commodities" para a agricultura de larga escala, além de Roraima ter se tornado o principal importador de arroz guianense.

15. A recente conclusão das negociações para a assinatura de Acordo de Facilitação de Investimentos (ACFI) entre os dois países deverá contribuir para o aumento de investimentos brasileiros na Guiana.

16. Desde 2016, Boa Vista tem estabelecido contato direto com o Posto para incentivar parcerias com a Guiana para o desenvolvimento de Zona de Processamento de Exportação - ZPE na capital, crescimento do mercado de consumo e "joint-ventures" com empresas

guianenses. O "corredor de logística da Guiana" representa, em uma só vez, saída para o mar a apenas 680 km de Boa Vista, com acesso privilegiado ao Caribe, ao Canal do Panamá e a mercados da América do Norte e da Europa. Ressalto que, apesar do crescimento positivo da Guiana em 2018, das possibilidades comerciais, da proximidade geográfica e dos acordos já estabelecidos, como o AAP-38, ainda é baixa a relação comercial com o Brasil. De acordo com o "Bureau of Statistics of Guyana", o Brasil manteve os 2% do volume de importações da Guiana no período 2017/2018. Quanto às exportações, o Brasil sequer figura na lista dos principais destinos. Os maiores parceiros da Guiana continuam a ser os Estados Unidos, a China e a União Europeia.

Presença brasileira na Guiana

17. Ainda são poucos os investimentos brasileiros na Guiana. A maior parte dos empresários brasileiros no país é formada por pequenos comerciantes proprietários de hotéis, restaurantes e lojas. A comunidade brasileira se concentra particularmente em Georgetown e é ativa e respeitada. A Embaixada mantém excelente contato com a comunidade.

18. Recentemente, missão da Petrobras esteve em Georgetown para iniciar prospecções em um dos campos de petróleo ainda não licitados.

19. Ao longo da fronteira, próximo a Bonfim, fazendeiros brasileiros têm arrendado terras para o plantio de arroz. A Embaixada acompanha e apoia tratativas entre esses fazendeiros e o governo local, para que sejam autorizadas novas concessões com área maior para plantio, a fim de permitir a utilização de equipamentos agrícolas de maior porte. Além do mais, tanto esses fazendeiros com concessões na Guiana, como outros em Roraima, estão gradativamente tentando usar a estrada de terra para levar sua produção para o porto de Georgetown, um ganho de tempo de mais de duas semanas se comparado com o gasto no percurso até o porto de Itaquatiara e depois pelo Rio Amazonas até o Oceano Atlântico.

20. A entrada em vigor do Acordo de Transporte Internacional de Passageiros deverá facilitar a circulação de pessoas e mercadorias entre os dois países. Empresário de Roraima têm demonstrado intenção de reativar linha de ônibus entre Boa Vista e Georgetown em futuro próximo.

Cooperação técnica

21. A cooperação técnica com a Guiana foi recentemente retomada. O acordo de "Capacitação para apoio ao controle e à erradicação da mosca carambola na Guiana" já está em vigor e as áreas responsáveis se reuniram em 2018 para dar andamento ao projeto.

22. Por limitações orçamentárias e por problemas de língua, nem sempre a Guiana envia técnicos para os cursos oferecidos pela ABC.

Área educacional

23. O Centro Cultural Brasil-Guiana (CCBG) exerce importante papel catalizador da cultura brasileira na Guiana. Conta atualmente com mais de 200 alunos regularmente matriculados.

24. Em 2019, o planejamento desse setor inclui cursos para alunos de escolas secundárias de Georgetown para a preparação para o exame CXC ("Caribbean Examinations Council"), aulas para professores de português das escolas públicas e cursos de inglês para a comunidade brasileira.

25. Outra importante atividade do CCBG é o curso de atualização para professores, também aberto a professores de português de escolas públicas e privadas da Guiana. Professor da UnB ministrou o curso nos últimos dois anos. Merece destaque que o CCBG oferece, igualmente, curso de português para funcionários de vários órgãos do governo, inclusive a Autoridade de Receitas da Guiana (GRA). Deve ser mencionado, ainda, o oferecimento de curso preparatório ao exame CELPE-BRAS, exigido para alunos que desejem frequentar universidades brasileiras. O Brasil continua a oferecer bolsas de estudo no âmbito dos programas PEC-G e PEC-PG, divulgados pela Embaixada.

26. O Centro Cultural Brasil-Guiana, ainda, organiza uma das celebrações mais importantes e tradicionais de Georgetown, a Festa Junina. Com apoio de patrocinadores locais, em 2018 aproximadamente 2000 pessoas passaram pelo centro cultural durante o evento.

Serviço consular

27. O número de brasileiros que mora na Guiana é difícil de calcular, pois a movimentação na área de fronteira é fluida e varia de acordo com a época do ano, a cotação do ouro no mercado internacional e outros fatores sazonais. No entanto, estima-se que, no mínimo, quatro mil brasileiros vivam na Guiana. Além do atendimento presencial, o Posto mantém página web e perfil no Facebook.

28. O Vice-Consulado em Lethem, fronteira com Roraima, é de extrema importância e em muito ajuda a embaixada no trato de assuntos consulares.

Cooperação militar

29. A cooperação militar prestada pelo Exército brasileiro é a mais importante cooperação do Brasil para a Guiana. Além da doação de equipamentos em 2015, atualmente cinco instrutores brasileiros ensinam nas escolas de sargentos e de guerra na selva na Guiana. Três militares guianenses frequentam atualmente a Academia Militar das Agulhas Negras e, pelo menos duas vezes por ano, generais do Exército vêm à Guiana em visitas oficiais. Navios da Marinha brasileira também fazem visitas frequentes ao porto de Georgetown. Como já mencionado, em 2018, o 6º Batalhão de Engenharia de Construção, sediado em Boa Vista,

perfurou oito poços artesianos, empregando 60 militares. Foi o maior projeto de cooperação com a Guiana nos últimos anos, amplamente divulgado na imprensa local.

Cooperação na área de segurança

30. A Polícia Federal (PF) cede um delegado ou agente que trabalha diretamente com a polícia guianense e é substituído a cada dois anos. Considero essencial a presença da Polícia Federal, pois ajuda a combater o recente aumento do número de brasileiras vítimas de tráfico de pessoas, os problemas registrados na fronteira Bonfim-Lethem, além de contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho da polícia local. Recentemente fizemos a primeira transferência de presos, mesmo apesar da falta de um acordo sobre o assunto. Essas razões por si só já justificariam a manutenção do programa de cooperação da PF.

2^a PARTE - DELIBERATIVA

2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

PARECER N° , DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 44, de 2019, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor LINEU PUPO DE PAULA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Bósnia e Herzegovina.*

SF19615.71395-06

Relator: Senador **HUMBERTO COSTA**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor Lineu Pupo de Paula, Ministro de Primeira Classe Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Bósnia e Herzegovina.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV). Nesse sentido e observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

SF19615.71395-06

Exteriores encaminhou o currículo do diplomata, bem como informações sobre o país no qual deverá servir.

O indicado é filho de Reynaldo de Paula Júnior e Eufélia Camargo Pupo de Paula e nasceu em 11 de maio de 1954, em São Paulo/SP. É bacharel em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1979). Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário em 1982, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr). Ascendeu a Conselheiro em 2001, a Ministro de Segunda Classe em 2005 e a Ministro de Primeira Classe em 2013.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se: coordenador da Coordenação de Patrimônio (2000); e subchefe do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores (2005).

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de primeiro-secretário na Embaixada em Buenos Aires (1997); encarregado de negócios na Embaixada em São Salvador (2003); ministro-conselheiro na Missão Junto à Organização dos Estados Americanos [OEA (2007)]; encarregado de negócios na Embaixada do Brasil e Tegucigalpa (2010); cônsul-geral no Consulado-Geral do Brasil em Caracas; e, desde 2014, embaixador em Georgetown.

No tocante à Bósnia e Herzegovina, extraímos das informações prestadas pelo Itamaraty resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina ao indicado.

O país é uma república parlamentarista localizada na península balcânica situada no Sudeste da Europa e conta com 3,871 milhões de habitantes. Essa população — formada por bôsnios muçulmanos (50,1%), bôniossérvios (30,8%), bôsnios-croatas (15,4%) e outros [judeus, ciganos etc. (3,7%)] —



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

SF19615.71395-06

encontra-se nas duas entidades que compõem o Estado: a República Sérvia e a Federação da Bósnia. Os grupos étnicos referidos falam diferentes línguas e professam distintas religiões. Esse contexto, torna a unidade da nação um permanente desafio.

A Bósnia-Herzegóvina, uma das repúblicas integrante da antiga Iugoslávia, tornou-se independente em 1992. No mesmo ano, teve início a Guerra da Bósnia (1992/95). O conflito opôs sérvios e uma aliança muçulmana-croata. Os sérvios praticaram a limpeza étnica como estratégia de guerra. Em 1993, a Croácia entra no conflito e reivindica parte do território bósnio. Depois, volta-se contra a Sérvia. O agravamento da luta armada leva a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) intervir. A conflagração termina em novembro de 1995.

No tocante às relações bilaterais, elas remontam a 1992, momento em que o Brasil reconheceu o novo Estado quando do seu ingresso na Organização das Nações Unidas (ONU). Em 1995, ambos os países estabeleceram formalmente relações diplomáticas. Na sequência desses fatos, o Brasil abre embaixada residente em Sarajevo no ano de 2010. Trata-se da única embaixada residente de país latino americano na capital bósnia.

As relações ainda são bastante incipientes tanto no plano econômico quanto no cultural. Há, no entanto, possibilidade de expansão nesses domínios à vista sobretudo da forte empatia entre bósnios e brasileiros. Nesse sentido, o entusiasmo comum pelo futebol tem resultado em divulgação positiva do Brasil. Esse quadro reflete nas trocas comerciais com a ampliação, por exemplo, nas vendas diretas de café brasileiro. O comércio bilateral, contudo, segue sendo bastante tímido. Em 2018, exportamos US\$2,5 milhões (minérios, metais, máquinas) e importamos US\$722 mil (máquinas, ferramentas, papel, couro, têxteis).



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

SF19615.71395-06

Em relação aos assuntos consulares, estima-se em cerca de 30 pessoas a comunidade brasileira no país, que conta com o serviço consular da embaixada.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, o qual se destina, essencialmente, a instruir a sabatina por Suas Excelências as senhoras e os senhores Senadores membros desta Comissão, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão, em 11 de agosto de 2019

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 44, DE 2019

(nº 222/2019, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor LINEU PUPO DE PAULA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Bósnia e Herzegovina.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 222

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LINEU PUPO DE PAULA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Bósnia e Herzegovina.

Os méritos do Senhor Lineu Pupo de Paula que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 30 de maio de 2019.

EM nº 00140/2019 MRE

Brasília, 17 de Maio de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o parágrafo único do artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **LINEU PUPO DE PAULA**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Bósnia e Herzegovina.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **LINEU PUPO DE PAULA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

00001.002976/2019-25

OFÍCIO Nº 160/2019/CC/PR

Brasília, 30 de maio de 2019.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LINEU PUPO DE PAULA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Bósnia e Herzegovina.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LINEU PUPO DE PAULA

CPF.: 013.322.658-12

ID.: 8120 MRE

1954 Filho de Reynaldo De Paula Junior e Eufélia Camargo Pupo De Paula, nasce em 11 de maio, em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

- 1979 Direito pela Faculdade de Direito São Paulo da Pontifícia Universidade Católica/SP
- 1981 CPCD - IRBr
- 1988 CAD - IRBr
- 2005 CAE - IRBr, A gestão do patrimônio móvel e imóvel do Ministério das Relações Exteriores

Cargos:

- 1982 Terceiro-secretário
- 1986 Segundo-secretário
- 1995 Primeiro-secretário
- 2001 Conselheiro
- 2005 Ministro de segunda classe
- 2013 Ministro de primeira classe

Funções:

- 1983 Divisão da África-I, assistente e Subchefe
- 1985 Divisão da África-II, assistente
- 1986 Embaixada em Bonn, Terceiro e Segundo-Secretário
- 1989 Embaixada em Quito, Segundo-Secretário
- 1993 Centro de Processamento de Dados, Chefe, substituto
- 1997 Embaixada em Buenos Aires, Primeiro-Secretário
- 2000 Departamento de Administração, assessor
- 2000 Coordenação de Patrimônio, Coordenador
- 2003 Embaixada em São Salvador, Encarregado de Negócios
- 2005 Gabinete do Ministro de Estado, Subchefe
- 2007 Missão junto à OEA, Washington, Ministro-Conselheiro
- 2009 Embaixada do Brasil em Tegucigalpa em missão transitória
- 2010 Embaixada do Brasil em Tegucigalpa, Encarregado de Negócios
- 2010-14 Consulado-Geral do Brasil em Caracas, Cônsul-Geral
- 2014 Representante do Brasil junto à CARICOM
- 2014 Embaixada em Georgetown, Embaixador

Condecorações

- Medalha Exército Brasileiro
- Medalha Mérito Tamandaré

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

BÓSNIA E HERZEGOVINA



MAÇO OSTENSIVO
Maio de 2019

DADOS BÁSICOS DA BÓSNIA E HERZEGOVINA

NOME OFICIAL:	Bósnia e Herzegovina
GENTÍLICO:	bósnio, bosnense, bosníaco, bosniense e bosniano
CAPITAL:	Sarajevo
ÁREA:	51.209 km ²
POPULAÇÃO:	3,871 milhões de habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS:	Bósnio, croata e sérvio
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islã (40%), cristianismo ortodoxo e católico (15%), outros (14%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral - <i>Predstavnički dom/Zastupnički dom</i> (Câmara dos Representantes) e <i>Dom Naroda</i> (Câmara dos Povos)
CHEFE DE ESTADO:	Presidentes Mladen Ivanić (sérvio), Bakir Izetbegovic (bósnio) e Dragan Čović (croata)
CHEFE DE GOVERNO:	Chefe do Conselho de Ministros Denis Zvizdić
CHANCELER:	Igor Crnadak
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	\$18,17 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017):	\$45,15 bilhões
PIB PER CAPITA (2017)	\$5.148,00
PIB PPP PER CAPITA (2017)	\$13.107,00
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	3% (2016 est.); 3,2% (2015); 1,1% (2014);
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2018):	0,768 (77 ^a posição entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2018):	77,1 anos
ALFABETIZAÇÃO:	98%
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	43,2% (2015 est.)
UNIDADE MONETÁRIA:	marco conversível (BAM)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Haris Hrle (não residente, baseado em Washington)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 30 brasileiros residentes no país

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC / SECEX (outubro de 2013)

BRASIL → BÓSNIA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Intercâmbio	14,0	8,9	6,7	4,26	8,37	6,68	2,97	4,4	3,7
Exportações	9,3	3,4	1,6	1,8	1,61	0,92	1,20	1,1	0,98
Importações	4,7	5,5	5,1	2,46	6,76	5,76	1,77	3,3	2,72
Saldo	4,6	-2,1	-3,5	-0,66	-5,14	-4,84	-0,57	-2,2	-1,74

Informação elaborada em 09/05/2019, por Fábio Meneghetti Chaves. Revisada por Leandro Zenni Estevão, em / /

APRESENTAÇÃO

A Bósnia e Herzegovina (frequentemente abreviada BiH) é país de 3,8 milhões de habitantes no Sudeste da Europa, localizado na península balcânica. A capital e maior cidade é Sarajevo. Faz fronteira com Croácia ao norte e ao oeste (956 km), com Montenegro (242 km) ao sudeste e Sérvia (345 km) ao leste. Tem apenas 20 km de litoral, no Mar Adriático. Seu relevo é marcado pela presença de montanhas e vales, com potencial turístico. O clima é caracterizado por verões quentes e invernos frios, com neve.

Uma das repúblicas integrante da antiga Iugoslávia, tornou-se independente em 1º de março de 1992, como resultado de referendo. Imediatamente, foi deflagrado a Guerra da Bósnia (1992-1995), cujo auge ocorreu neste último ano. A OTAN interveio no país, o que levou a negociações posteriores entre as três partes envolvidas, representadas pela República da Bósnia e Herzegovina (bosníacos), pela República da Croácia (bósnio-croatas) e pela República Federal da Iugoslávia (bósniossérvios). As conversações, supervisionadas por Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Rússia e União Europeia, resultaram na elaboração do Acordo-Quadro Geral para a Paz na Bósnia e Herzegovina (Acordo de Dayton), finalizado em 21 de novembro de 1995 e assinado em Paris, em dezembro seguinte.

Os principais grupos étnicos do país são: bosníacos (muçulmanos) - 50,1%; bósniossérvios - 30,8%; bósnio-croatas - 15,4%; e outros (judeus, roma ou ciganos etc.) - 2,7%. A distribuição das religiões (para efeito de censo, não representando real prática ou frequência ao culto) acompanha os percentuais das etnias: muçulmana 50,7%; cristã ortodoxa 30,7%; católica romana 15,4%; ateus 0,8%; agnósticos 0,3%; e outras 1,2% (censo de 2013). A distribuição das línguas oficiais também segue o mesmo padrão: idioma bósnio, 52,9%; sérvio, 30,8%; e croata, 14,6% (estimativas de 2013). Os três idiomas são próximos e parte do país utiliza o alfabeto cirílico.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Šefik Džaferović (Presidente Bosníaco)
Chefe de estado

Šefik Džaferović nasceu em 1957 na cidade bósnia de Zavidovići. Formou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Sarajevo em 1979. Džaferović trabalhou em instituições judiciais e para a polícia em Zavidovići e Zenica até 1996. Naquele ano, foi eleito para o conselho de Zenica-Doboj Canton e ingressou na Casa dos Povos da Federação da Bósnia e Herzegovina. Em 2014, foi eleito para o Parlamento da Bósnia e Herzegovina com 30 mil votos. Nas eleições de 2018, Džaferović venceu a eleição para o membro bosníaco da Presidência da Bósnia e Herzegovina com mais de 36% dos votos. Pró-ocidental, é forte defensor da aceleração do ingresso do país na União Europeia e na OTAN. É vice-presidente do Partido da Ação Democrática, hoje majoritário no parlamento. Casado com Vildana Džaferović, tem duas filhas.



Milorad Dodik (Presidente sérvio)
Chefe de estado

Milorad Dodik nasceu em 12 de março de 1959, em Banja Luka. Formou-se em ciência política na Universidade de Belgrado em 1983. De 1986 a 1990, presidiu

o Conselho Executivo da Assembleia Municipal de Laktasi. Em 1990, foi eleito deputado pela União das Forças Reformistas, partido de cunho liberal. Em 1996, foi um dos fundadores do Partido dos Socialdemocratas Independentes, hoje Aliança dos Socialdemocratas Independentes. Antes de ocupar o cargo atual, serviu, entre 2010 e 2018, como presidente da Republika Srpska (um dos dois pilares do atual governo da Bósnia Herzegovina, de etnia sérvia), e como primeiro-ministro da Republika Srpska entre 1998 e 2001, e entre 2006 e 2010.

Na eleição de 2018, foi eleito membro sérvio da presidência da Bósnia e Herzegovina, derrotando Mladen Ivanić com 56% dos votos. Tido como um político liberal e pró-ocidental até 1998, passou, a partir deste ano, a perfilhar o nacionalismo sérvio. Casado com Snježana Dodik, com quem tem dois filhos.



Željko Komšić (Presidente croata)
Chefe de estado

Nascido em 20 de janeiro de 1964, em Sarajevo, de pai croata e mãe sérvia. Formou-se em direito na Universidade de Sarajevo. Atuou com distinção na Guerra da Bósnia. Komšić serviu como presidente de 2006 a 2014, e foi reeleito para seu terceiro mandato no mesmo cargo na eleição de 2018, tornando-se o segundo membro da presidência (depois do bosníaco Alija Izetbegović) e o primeiro membro croata a servir mais de dois mandatos. Era um dos principais líderes do Partido Socialdemocrata, que deixou em 2012 para fundar a Frente Democrática. É tido como moderado e favorável à Bósnia e Herzegovina multiétnica, em distinção ao candidato derrotado, Draga Covic, considerado nacionalista croata. Foi uma figura proeminente do Partido Socialdemocrata, agremiação que deixou em 2012 para fundar a Frente Democrática. É casado com uma bosníaca, Sabina Komšić, com quem tem uma filha.



**Denis Zvizdić (Presidente do Conselho de Ministros)
Chefe de governo**

Bosníaco, nasceu em 1964 em Sarajevo. Estudou na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Sarajevo, onde obteve doutorado. Trabalhou no Ministério do Ambiente e Construção e na *Unioninvest Sarajevo Company* antes da sua carreira política. Foi também codiretor do Plano Nacional de Ação para a Proteção do Meio Ambiente. Em 2003, Zvizdić tornou-se primeiro-ministro do Cantão de Sarajevo - sua primeira grande nomeação política - e, em 2006, orador da Assembleia Cantonal de Sarajevo. Em 2006, elegeu-se pela primeira vez para o parlamento da Federação da Bósnia e Herzegovina, pelo SDA. Foi escolhido primeiro-ministro em 31 de março de 2015. Casado com Samira Zvizdić, tem um filho.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a Bósnia e Herzegovina em 1992, quando de seu ingresso nas Nações Unidas. No período da Guerra da Bósnia (1992-95), 35 observadores militares e 10 monitores policiais brasileiros participaram das forças de paz das Nações Unidas na ex-Iugoslávia (UNPROFOR).

Em 1995, os dois países estabeleceram formalmente relações diplomáticas. O ex-chanceler Sven Alkalaj visitara, entretanto, o Brasil em 2009. Os dois países assinaram, na oportunidade, acordo para abolir vistos em passaportes diplomáticos e oficiais, em vigor desde 2011. Alkalaj retornou ao Brasil em 2010, para o Fórum Mundial da Aliança de Civilizações no Rio de Janeiro, quando também manteve reunião com o chanceler brasileiro.

O então ministro Celso Amorim visitou Sarajevo em junho de 2010. Na ocasião, os dois países assinaram acordo para a supressão de vistos de turistas. Com a abolição de vistos em passaportes comuns, turistas brasileiros estão começando a afluir à Bósnia, fortalecendo as correntes que faziam peregrinações ao santuário católico de Medjugorje.

Em 2010, o Brasil decidiu abrir embaixada residente em Sarajevo. A decisão foi formalizada em 2011, tendo o primeiro embaixador residente brasileiro apresentado suas credenciais ao presidente Nebojša Radmanović, em 16 de junho daquele ano. O Brasil é o único país da América Latina com embaixada residente em Sarajevo.

Em julho de 2017, o senador Hélio José (então PMDB-DF) visitou Sarajevo, e reuniu-se com o ministro do Comércio Exterior e Relações Econômicas, Mirko Sarovic. Em outubro do mesmo ano, o chanceler Igor Crnadak visitou o Brasil, e reuniu-se com o então ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes e proferiu palestra no Instituto Rio Branco. A visita incluiu também as cidades de São Paulo e de Campinas.

Desde a abertura da embaixada residente, o Brasil começou a realizar vendas diretas de café à República Srpska, anteriormente as compras eram feitas por intermédio de outros países da Europa, e está participando de eventos de divulgação e culturais, alguns de caráter social-humanitário.

A empatia entre bósnios e brasileiros, que a paixão pelo futebol ajudou a nutrir, é observada também pela existência de dois cafés-restaurantes em Sarajevo com o nome de “Café Brasil”. Na esfera cultural e de divulgação, o Brasil é hoje presença apreciada nos eventos do país. A Semana de Filmes Brasileiros, montada pela embaixada brasileira juntamente com a entidade que organiza o *Sarajevo Film*

Festival, é vista como parte da programação cultural da cidade. Sua segunda edição, em outubro de 2018, teve sala cheia em todas as sessões, tendo sido vista por mais de 800 pessoas.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira na Bósnia é oficialmente de cerca de 30 pessoas.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais.

POLÍTICA INTERNA

A Bósnia e Herzegovina, como estado independente e reconhecido pelas Nações Unidas, tem o território e as instituições estabelecidos pelos Acordos de Dayton (Ohio, EUA, 1995), que puseram fim à guerra de 1992-95 e envolveram os bosníacos (identitariamente muçulmanos), sérvios (ortodoxos) e croatas (católicos), habitantes da região.

Embora a guerra, na maior parte, tivesse ocorrido entre as três “nacionalidades” domésticas em posições antagônicas, na fase final foi possível verificar aliança dos croatas com os bosníacos. O país atualmente é composto por esses três “povos constituintes”, mas apenas duas entidades: a Federação da Bósnia e Herzegovina (FBiH), essencialmente bosníaca, croatobosníaca e serviobosníaca; e a República Srpska (RS), predominantemente sérvia (83% de cristãos ortodoxos, 13% de muçulmanos e 2% de católicos romanos). A política do país gira em torno dos desses três “povos constituintes”.

A Federação da Bósnia e Herzegovina (FBiH), com capital em Sarajevo, é dividida em dez cantões, abrange cerca de 51% do território do país e conta com população de cerca de 2,2 milhões (segundo censo de 2013). A Republika Srpska, com capital em Banja Luka, possui 48% do território e população de cerca de 1,2 milhão. O Distrito de Brcko pertence em condomínio à FBiH e à RS, com aproximadamente 1% do território e população de 93 mil habitantes.

A chefia de estado (presidência) é tríplice, integrada sempre por um sérvio, um bosníaco e um croata, eleitos por sufrágio direto. A chefia da presidência é rotativa a cada oito meses, mas as decisões importantes requerem o consenso entre os três.

As últimas eleições para a Presidência e para o Parlamento ocorreram em outubro de 2018. Foram eleitos Sefik Dzaferovic, para a vaga bosníaca da Presidência; Zeljko Komsic, para a vaga croata; e Milorad Dodik, para a vaga sérvia.

A Assembleia Parlamentar é o corpo legislativo da Bósnia e Herzegovina.

Consiste de duas Câmaras: a Câmara dos Representantes e a Câmara dos Povos. A Câmara dos Povos inclui 15 delegados, dois terços dos quais provenientes da Federação (5 croatas e 5 bosníacos) e um terço da República Srpska (5 sérvios). A Câmara dos Representantes é composta por 42 membros, dois terços eleitos pela Federação e um terço eleito pela República Srpska. Os representantes são eleitos para mandatos de quatro anos, por sistema proporcional.

O presidente do Conselho de Ministros é nomeado pela Presidência da Bósnia e Herzegovina e designado pela Câmara dos Representantes da Bósnia e Herzegovina. Como chefe do governo, o presidente do Conselho de Ministros não tem autoridade para nomear ministros, e seu papel é essencialmente de coordenação. O Conselho indica os ministros, também sujeitos à aprovação da Câmara de Representantes e pode ser derrubado por voto de desconfiança da Assembleia Parlamentar. Denis Zvizdic, bosníaco, é o presidente do Conselho de Ministros desde 2015.

A instância máxima do poder judiciário é o Tribunal Constitucional da Bósnia e Herzegovina, composto por 9 membros, dos quais 4 escolhidos pela Câmara dos Povos da FBiH, 2 pela Assembleia Nacional da RS e 3 estrangeiros, indicados pelo presidente da Corte Europeia de Direitos Humanos. Suas decisões são finais e vinculantes.

Uma instituição peculiar da Bósnia e Herzegovina é a figura do alto representante das Nações Unidas para a Bósnia e Herzegovina, que cumpre o papel de supervisão da comunidade internacional sobre a vida do país. O representante possui a missão institucional de controlar a implementação civil do Acordo de Dayton e representar os países-membros do Conselho de Implementação da Paz (PIC, na sigla em inglês). Possui grande influência na vida política local, sendo-lhe facultadas atribuições de zelar pelo cumprimento do Acordo de Dayton. O alto representante é tradicionalmente diplomata europeu, enquanto seu vice, diplomata norte-americano.

A composição dos cargos no serviço público em nível nacional e nas esferas inferiores de governo (entidades, cantões - apenas na FBiH - e municípios) trata de manter o equilíbrio entre os diversos etnias constituintes.

POLÍTICA EXTERNA

O objetivo maior da política externa da Bósnia, tido como necessário para a consolidação do país, é a adesão à União Europeia. O ingresso na OTAN, também prioritário, é visto como passo significativo para o ingresso na União Europeia. A União Europeia declara-se disposta a acolher a Bósnia, devendo esta, antes, proceder a reformas em diversas esferas.

A diplomacia bósnia vem sendo particularmente ativa na área multilateral, tendo o país participado, juntamente com o Brasil, como membro não-permanente, do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), no período 2010-11. Nessa qualidade, e como candidato ao ingresso na OTAN, a Bósnia e Herzegovina participa, com pequeno contingente, nas forças de paz no Afeganistão e no Sudão do Sul, e com observadores no Congo.

O país integra os organismos europeus abrangentes, como a OSCE e o Conselho da Europa, e procura atuar com foco em iniciativas nos Balcãs Ocidentais. Além disso, tendo estado sob a influência da comunidade internacional logo após o conflito de 1992-95, o país abriga 600 soldados das forças de paz da ONU/União Europeia (EUFOR), assim como muitos órgãos e agências internacionais atuantes na esfera social e humanitária.

As relações exteriores da Bósnia são marcadas pela presença da União Europeia e dos Estados Unidos, cujas embaixadas no país são institucionalmente chamadas a avaliar a situação interna, à luz das disposições de Dayton.

Os países petroleiros têm papel relevante na Bósnia. São importantes financiadores individuais de iniciativas na BiH. Enquanto a Europa vem-se retraindo em função das crises econômicas, a sua presença vem aumentando, especialmente da Arábia Saudita, do Catar e do Irã. Parece igualmente notável a “redescoberta” da Bósnia pela Turquia, cuja atuação em diversos setores, inclusive religiosos, tem-se tornado significativa. A China e a Rússia também mantêm perfil elevado na Bósnia, ademais da relevância das relações com seus tradicionais países vizinhos, Croácia e Sérvia.

ECONOMIA

De acordo com o Banco Central da Bósnia e Herzegovina, o produto interno bruto nominal, em 2018, foi de US\$19,5 bilhões. O PIB apresentou crescimento importante nos últimos seis anos, sendo que nos últimos três anos, acima de 3%.

A taxa de desemprego foi de 20,5% em 2017 e de 18,4% em 2018. O maior índice ocorre entre pessoas de 15 a 24 anos (38,8%). Esse quadro faz com que grande número de jovens tenda a emigrar para países da União Europeia.

O comércio exterior concentra-se em países da União Europeia, vizinhos dos Balcãs, Turquia e Rússia. As exportações bôsnias totalizaram, em 2018, US\$7,3 bilhões, e as importações atingiram US\$11,6 bilhões, com déficit de US\$4,3 bilhões. Os principais parceiros comerciais são Alemanha, Itália, Sérvia e Croácia.

A pauta de exportações foi composta por produtos primários e intermediários: minérios e metais (19%); madeira, papel e móveis (18%); máquinas, ferramentas, caldeiras, veículos e armas (18%); couro, peles e têxteis (13%); e produtos químicos,

farmacêuticos, fertilizantes, plásticos e borrachas (12%). A pauta de importações teve perfil semelhante, com variações nos percentuais.

O comércio bilateral, de pequeno volume, tende a ser superavitário para o Brasil desde 2013. Conforme dados da Câmara de Comércio da BiH, em 2017, as exportações brasileiras somaram US\$1,9 milhão. As exportações da BiH para o Brasil naquele ano totalizaram US\$1,5 milhão. Em 2018, as exportações brasileiras cresceram para US\$2,5 milhões, enquanto que as importações reduziram-se para US\$722 mil.

As exportações brasileiras concentraram-se no setor de minérios, metais e produtos metálicos (US\$1,4 milhão); no setor agroindustrial (US\$527 mil); e em máquinas, ferramentas, instrumentos mecânicos, caldeiras e veículos (US\$374 mil). As exportações da BiH para o Brasil concentraram-se em máquinas, ferramentas, instrumentos mecânicos, caldeiras e veículos (US\$501 mil); madeira, papel e US\$móveis (US\$92 mil) e couro, peles, têxteis e outros produtos (US\$91 mil).

As relações comerciais bilaterais se ressentem de maior contato entre as comunidades empresariais dos dois países. Não há registro de investimentos diretos bilaterais.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 1908** – A Áustria-Hungria anexa a Bósnia e Herzegovina.
- 1914** – Estudante bósnio-ssérvio Gavrilo Princip assassina o arquiduque da Áustria em Sarajevo, episódio que precipita a I Guerra Mundial.
- 1918** – Fim da guerra. A Bósnia e Herzegovina torna-se parte do Estado dos Sérvios, Croatas e Eslovenos.
- 1929** - Estado dos Sérvios, Croatas e Eslovenos é denominado Reino da Iugoslávia.
- 1945** – A Bósnia e Herzegovina é liberada das forças do eixo após campanha partidária de Tito. Torna-se então uma República socialista no seio da recém-formada Federação Iugoslava.
- 1991** – Após queda do comunismo, nacionalistas vencem primeira eleição multipartidária e formam governo de coalizão.
- 1992** – Croatas e muçulmanos nacionalistas formam aliança tática e vencem em número de votos os sérvios no referendo da independência. Eclode a guerra com os sérvios, que passam a controlar parte significativa da República. Os bósnios-ssérviços cercam a cidade de Sarajevo.
- 1993** – Eclode conflito entre muçulmanos e croatas. Com os sérvios, os muçulmanos formam aliança contra os croatas em Herzegovina. Forças muçulmanas rivais lutam umas contra as outras no noroeste da Bósnia, e croatas e sérvios lutam contra muçulmanos na Bósnia central.
- 1993** – As Nações Unidas declaram o terreno da enclave de Srebrenica, no vale de Drina, no nordeste da Bósnia, "área segura" sob proteção da ONU.
- 1995** – Os Acordos de Paz de Dayton são assinados em Paris, criando duas entidades: a Federação da Bósnia e Herzegovina (FBiH) e a República Srpska (RS). É implantada força de paz internacional.
- 1997** - Conferência internacional em Bonn amplia poderes da Alta Representação.
- 2001** – O Tribunal Penal Internacional para a Antiga Iugoslávia condena o general bósnio-ssérvio Radislav Krstic por massacre em Srebrenica.
- 2002** – Nacionalistas reconquistam o poder nas eleições presidenciais, parlamentares e locais.
- 2003** – Parlamento aprova novo governo sob a liderança de Adnan Terzic.
- 2003** - Alto Representante da União Europeia anula Conselho Superior de Defesa da República bósnio-ssérvia e modifica constituições dos muçulmanos bósnios e croatas.
- 2005** – Parlamentares voltam a estabelecer força policial unificada.
- 2006** - Tribunal Internacional de Justiça inicia audiências sobre o genocídio que envolve a Bósnia-Herzegovina e a Sérvia e Montenegro.
- 2006** – Eleições gerais refletem divisões étnicas. A entidade sérvia vota para manter a separação da entidade muçulmanocroata e, às vésperas da votação, dirigentes bósnios-ssérviços ameaçam completar secessão, caso movimentos reivindiquem fim de autonomia da entidade sérvia.

2006 – Bósnia se alia à OTAN para a pré-adesão ao Programa de Paz, após organização reverter decisão de excluir o país do Programa devido ao fracasso na captura de Radovan Karadzic.

2007 – O bôsnio-sérvio Nikola Spiric é convidado a formar governo após líderes partidários chegarem a acordo de coalizão.

2007 – É preso Zdravko Tolimir, procurado pelas Nações Unidas, como um dos principais responsáveis pelo massacre de Srebrenica.

2007 - Nikola Spiric renuncia ao cargo de primeiro-ministro em protesto contra reformas que o alto representante da União Europeia pretendia introduzir. Retorna ao cargo semanas depois.

2008 - Ex-chefe bôsnio-sérvio da polícia, Stojan Zupljanin, é preso e transferido para a Haia para julgamento por crimes de guerra.

2008 - Comemorações nas ruas de Sarajevo com a notícia que o ex-líder bôsnio-sérvio Radovan Karadzic, acusado de crimes de guerra, foi detido em Belgrado após quase 13 anos em fuga.

2008 – Nacionalistas tem bom desempenho nas eleições locais, deixando a política local firmemente dividida em linhas étnicas.

2010 – Prosseguem, no campo político, os embates entre sérvios, croatas e bosníacos, ensejando sucessivas intervenções e advertências do alto representante.

2010 – Eleições resultam na nomeação de Bakir Izetbegović (bosníaco), Željko Komšić (croata) e Nebojša Radmanović (sérvio) para a Presidência Tríplice da República.

2012 – Conselho de Ministros passa a ser presidido pelo croata Vjekoslav Bevanda.

2013 – O presidente sérvio, Tomislav Nikolić pede desculpas oficialmente pelo massacre de Srebrenica (abril).

2014 – Protestos eclodem nas principais cidades da Bósnia, tendo como alvo, notadamente, a classe política do país.

2014 – Concomitantes às eleições presidenciais, o voto no parlamento resulta em maior bancada para o partido nacionalista bôsnio SDA.

2015 - Denis Zvizdić, do SDA, é eleito presidente do Conselho de Ministros.

2015 – A Rússia, a pedido da Republika Srpska e da Sérvia, veta resolução do CSNU, patrocinada pelo Reino Unido, condenando o massacre de Srebrenica como genocídio. O Parlamento Europeu e o Congresso Norte-Americano adotam resoluções reafirmando o ocorrido em Srebrenica como genocídio. (julho).

2018 - Eleitos Sefik Dzaferovic, para a vaga bosníaca da presidência; Zeljko Komsic, para a vaga croata; e Milorad Dodik, para a vaga sérvia.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

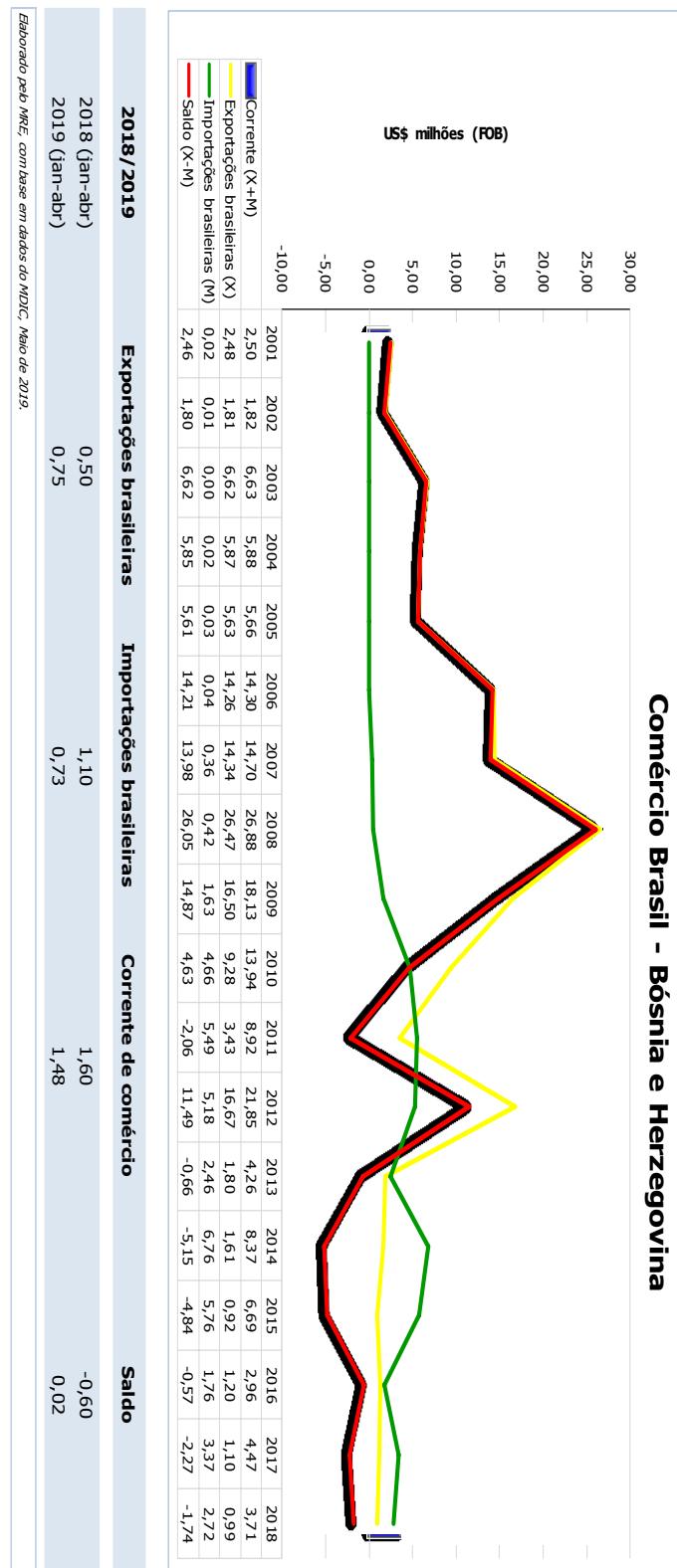
- 1992** – Brasil reconhece a independência da Bósnia e Herzegovina.
- 1992 a 1995** – Brasil participa da Força de Proteção das nações Unidas para a Iugoslávia (UNPROFOR).
- 1995** – Brasil e Bósnia estabelecem relações diplomáticas.
- 2009** – Chanceler Sven Alkalaj realiza visita oficial ao Brasil, a primeira de uma alta autoridade bósnia.
- 2010** – Reunião de Consultas Políticas em Sarajevo conduzida pela então Diretora do Departamento da Europa do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.
- 2010** – Chanceler Sven Alkalaj vem ao Brasil para tomar parte no III Fórum da Aliança de Civilizações, onde mantém encontro com seu homólogo brasileiro.
- 2010** - Visita à Bósnia do então ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.
- 2011** – Abertura da Embaixada do Brasil em Sarajevo.
- 2014** – Abertura de consulado temporário da Bósnia e Herzegovina no Brasil, por ocasião da participação da seleção nacional na Copa do Mundo.
- 2017** – Visita oficial do chanceler Igor Crnadak ao Brasil.

ATOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO (DOU)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da Bósnia-Herzegovina sobre a Isenção Parcial de Vistos	19/06/2010	04/04/2013	15/05/2013
Acordo entre o Brasil e o Conselho de Ministros da Bósnia e Herzegovina sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomático, Oficiais ou de Serviço	23/01/2009	01/08/2011	07/06/2010

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Comércio Brasil - Bósnia e Herzegovina



2018/2019	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2018 (jan-abr)	0,50	1,10	1,60	-0,60
2019 (jan-abr)	0,75	0,73	1,48	0,02

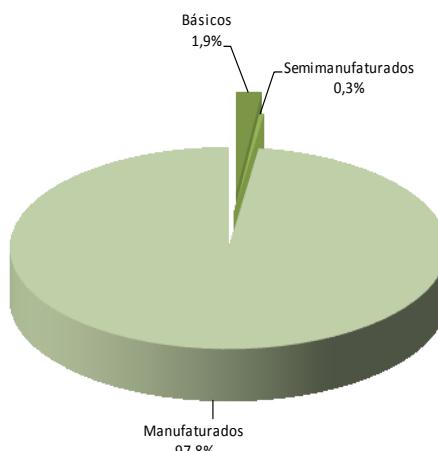
Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC. Maio de 2019.

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2018**

Exportações



Importações



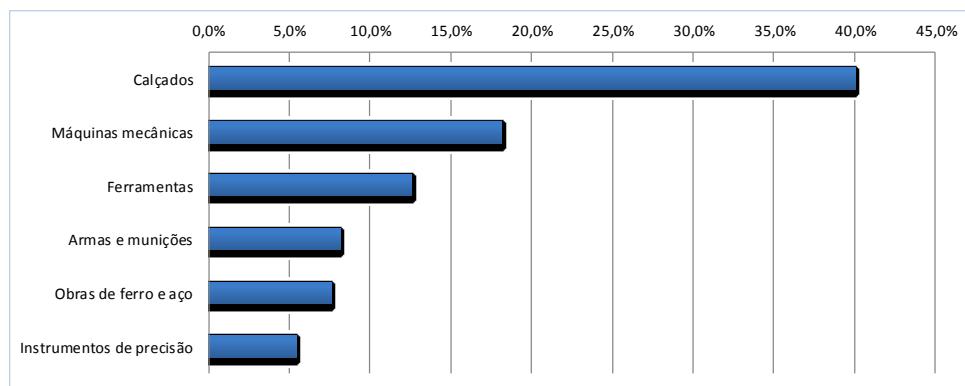
Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Maio de 2019.

Composição das exportações brasileiras para a Bósnia e Herzegovina
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Calçados	0,34	28,2%	0,07	6,4%	0,40	40,1%
Máquinas mecânicas	0,07	5,6%	0,66	60,0%	0,18	18,2%
Ferramentas	0,06	4,7%	0,11	10,0%	0,12	12,6%
Armas e munições	0,39	32,9%	0,04	3,7%	0,08	8,1%
Obras de ferro e aço	0,07	5,5%	0,06	5,0%	0,08	7,6%
Instrumentos de precisão	0,05	3,8%	0,05	4,6%	0,05	5,4%
Subtotal	0,97	80,8%	0,99	89,7%	0,91	91,9%
Outros	0,23	19,2%	0,11	10,3%	0,08	8,1%
Total	1,20	100,0%	1,10	100,0%	0,99	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Maio de 2019.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018

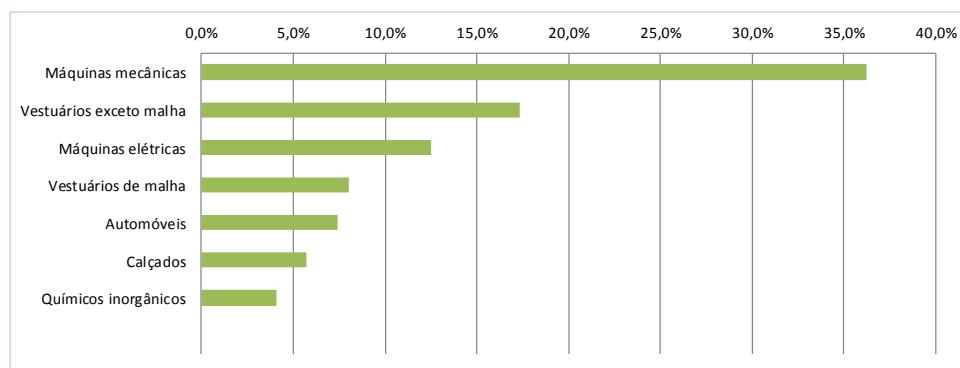


Composição das importações brasileiras originárias da Bósnia e Herzegovina
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	0,52	29,2%	1,19	35,3%	0,99	36,2%
Vestuários exceto malha	0,28	15,7%	0,24	7,0%	0,47	17,3%
Máquinas elétricas	0,02	1,4%	0,83	24,7%	0,34	12,5%
Vestuários de malha	0,04	2,2%	0,19	5,7%	0,22	8,0%
Automóveis	0,11	6,2%	0,17	5,0%	0,20	7,4%
Calçados	0,58	32,7%	0,56	16,8%	0,16	5,7%
Químicos inorgânicos	0,12	6,7%	0,07	1,9%	0,11	4,1%
Subtotal	1,76	100,0%	3,37	100,0%	2,72	100,0%
Outros	0,11	6,0%	0,13	3,7%	0,24	8,7%
Total	1,76	100,0%	3,37	100,0%	2,72	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Maio de 2019.

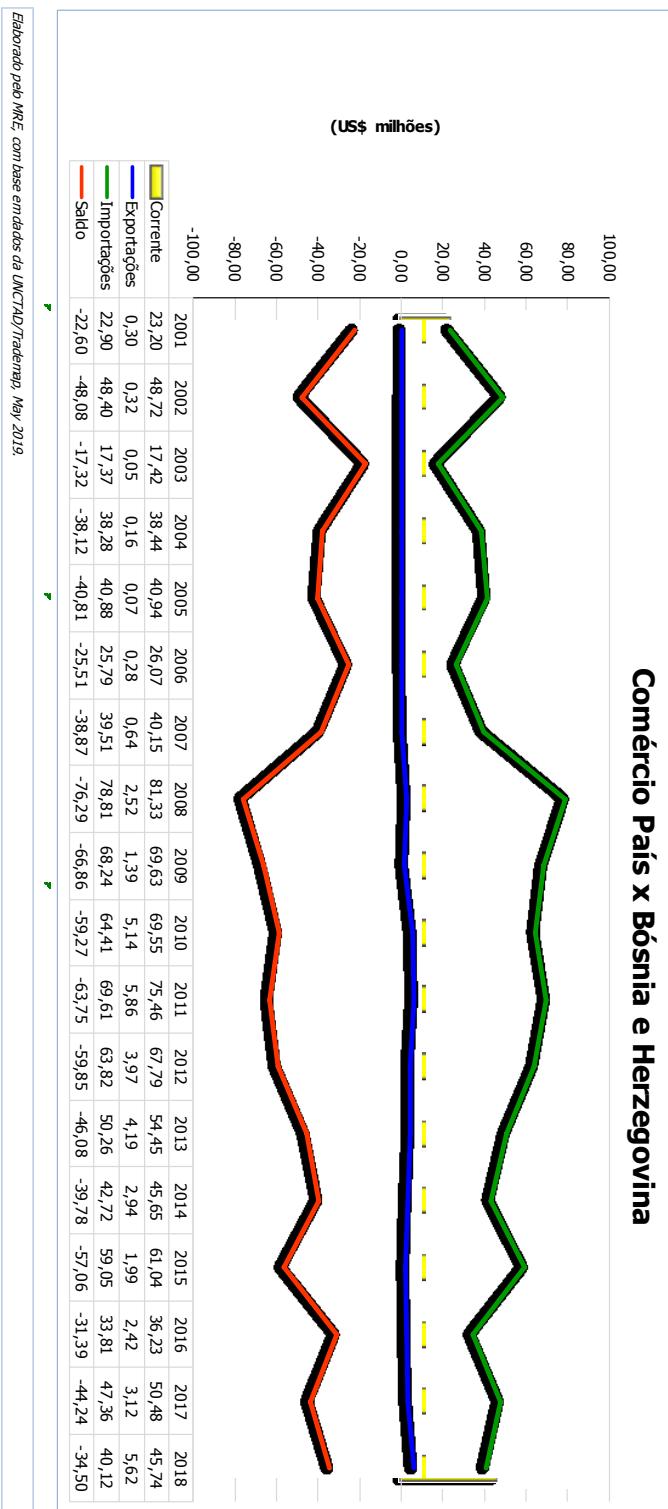
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2018 (jan-abr)	Part. % no total	2019 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2019
Exportações					
Calçados	0,39	77,8%	0,66	88,0%	Calçados 88,0%
Máquinas mecânicas	0,00	0,0%	0,05	6,9%	Máquinas mecânicas 6,9%
Subtotal	0,39	77,8%	0,71	94,9%	
Outros	0,11	22,2%	0,04	5,1%	
Total	0,50	100,0%	0,75	100,0%	
Grupos de produtos (SH2)	2018 (jan-abr)	Part. % no total	2019 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2019
Importações					
Máquinas mecânicas	0,36	32,6%	0,33	44,9%	Máquinas mecânicas 44,9%
Vestuário exceto malha	0,14	12,4%	0,07	10,0%	Vestuário exceto malha 10,0%
Calçados	0,07	6,5%	0,07	9,6%	Calçados 9,6%
Automóveis	0,06	5,7%	0,07	9,2%	Automóveis 9,2%
Frutas	0,00	0,0%	0,04	5,7%	Frutas 5,7%
Tecidos de malha	0,01	1,0%	0,04	5,3%	Tecidos de malha 5,3%
Máquinas elétricas	0,26	23,7%	0,03	3,4%	Máquinas elétricas 3,4%
Vestuário de malha	0,10	8,9%	0,03	3,4%	Vestuário de malha 3,4%
Subtotal	1,00	90,9%	0,67	91,5%	
Outros produtos	0,10	9,1%	0,06	8,5%	
Total	1,10	100,0%	0,73	100,0%	

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Maio de 2019.



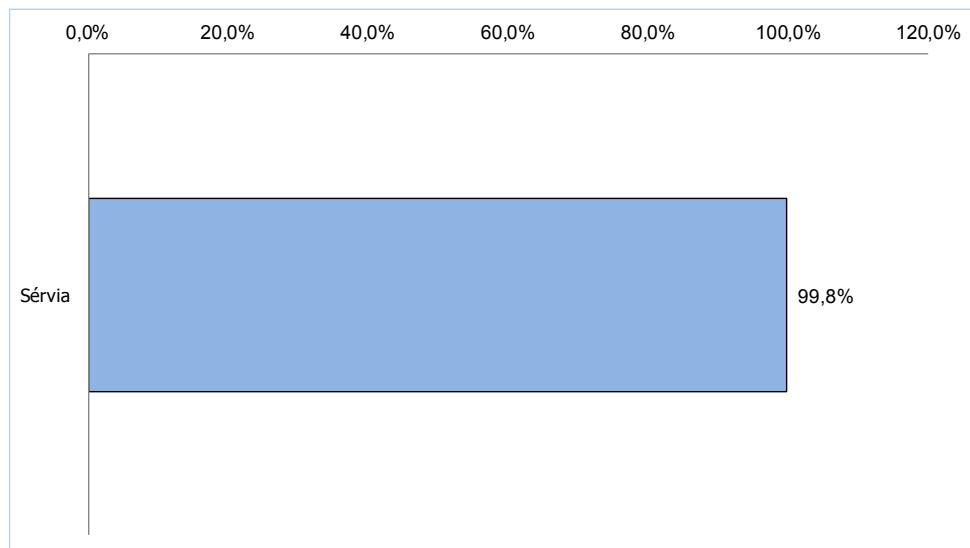
Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, May 2019.

Principais destinos das exportações da Bósnia e Herzegovina
US\$ milhões

Países	2018	Part.% no total
Sérvia	5,61	99,8%
Subtotal	5,61	99,8%
Outros países	0,01	0,2%
Total	5,62	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2019.

10 principais destinos das exportações



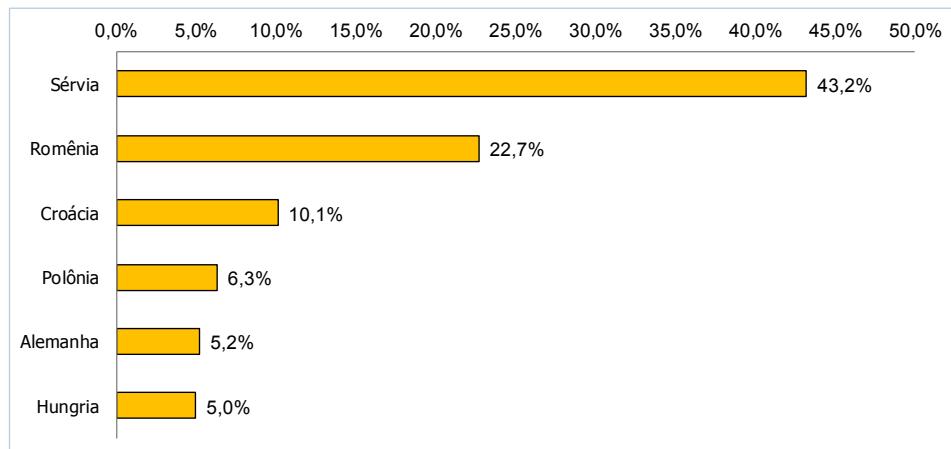
Dados de comércio com Brasil não disponíveis

Principais origens das importações da Bósnia e Herzegovina
US\$ milhões

Países	2018	Part.% no total
Sérvia	17,33	43,2%
Romênia	9,10	22,7%
Croácia	4,05	10,1%
Polônia	2,53	6,3%
Alemanha	2,09	5,2%
Hungria	1,99	5,0%
Subtotal	37,09	92,5%
Outros países	3,03	7,5%
Total	40,12	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, May 2019.

10 principais origens das importações

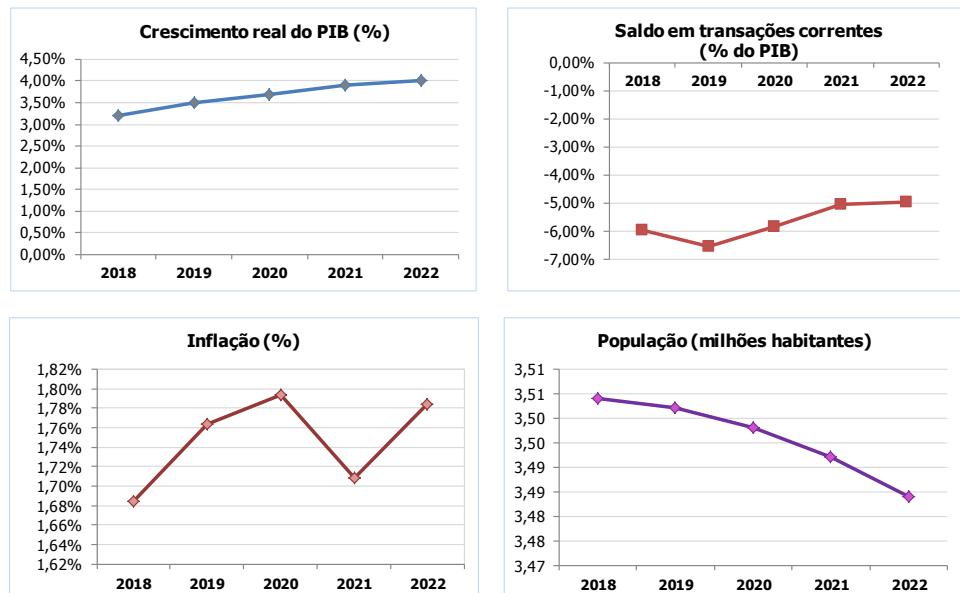


Dados de comércio com Brasil não disponíveis

Principais indicadores socioeconômicos da Bósnia e Herzegovina

Indicador	2018	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	3,20%	3,50%	3,70%	3,90%	4,00%
PIB nominal (US\$ bilhões)	19,98	20,72	22,17	23,57	25,20
PIB nominal "per capita" (US\$)	5.704	5.917	6.338	6.751	7.233
PIB PPP (US\$ bilhões)	47,34	50,04	52,89	55,97	59,29
PIB PPP "per capita" (US\$)	13.513	14.291	15.118	16.028	17.017
População (milhões habitantes)	3,50	3,50	3,50	3,49	3,48
Desemprego (%)	18,40%	18,00%	18,00%	18,00%	18,00%
Inflação (%) ⁽²⁾	1,69%	1,76%	1,79%	1,71%	1,78%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-5,95%	-6,55%	-5,82%	-5,03%	-4,98%
Dívida externa (US\$ bilhões)	1,71	1,67	1,63	1,60	1,57
Câmbio (KM / US\$) ⁽²⁾	14,30	14,40	14,70	15,10	15,40
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura				6,8%	
Indústria				28,9%	
Serviços				64,3%	

Elaborado pelo MRE, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2019 e da Cia.gov/World Factbook.
 (1) Estimativas FMI e EIU.
 (2) Média do período.



EMBAIXADA DO BRASIL EM SARAJEVO

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR MANOEL GOMES PEREIRA

Apresento, abaixo, informações sobre minha gestão na Embaixada em Sarajevo:

SETOR POLÍTICO

Política Interna

2. Uma das principais atividades da Embaixada é o acompanhamento da política interna e externa deste país. A Bósnia e Herzegovina (BiH) possui sistema político complexo, definido pelo Acordo de Paz de Dayton e pela Constituição. A Presidência da BiH é composta por membros de cada uma das três etnias: um bósnio-croata (católico romano), um bósnio-sérvio (ortodoxo) e um bosníaco (muçulmano). Cada membro exerce o cargo por um período de oito meses, rotativamente. O país é dividido em duas entidades, a República Srpska (RS), e a Federação da BiH (FBiH). O membro bósnio-sérvio da Presidência é escolhido pelos eleitores da RS, os demais, pelos eleitores da FBiH.

3. A BiH é supervisionada pela comunidade internacional por meio do Alto Representante das Nações Unidas para a Bósnia e Herzegovina (HR), que controla a implementação civil do Acordo de Dayton e representa os países-membros do Conselho de Implementação da Paz (PIC, sigla em inglês). O HR pode legislar quando identificar que os partidos locais não são capazes de agir e afastar autoridades que violem o Acordo de Dayton. O diplomata austríaco Valentin Inzko, HR desde 2009, tem mantido perfil relativamente moderado. O HR é sempre um diplomata europeu, enquanto seu vice é um americano.

4. Minha gestão coincidiu, em grande parte, com o governo anterior, durante o qual a vaga bosníaca da Presidência foi ocupada por Bakir Izetbegovic, do Partido da Ação Democrática (SDA), de vertente islâmica. Izetbegovic defendeu posições de interesse da população bosníaca, muitas vezes opostas às das demais etnias. A vaga bósnio-sérvia foi ocupada por Mladen Ivanic, fundador do Partido do Progresso Democrático (PDP). A vaga bósnio-croata foi ocupada por Dragan Covic, presidente da União Democrática Croata da BiH (HDZ-BiH), filial do partido-mãe de mesmo nome sediado na Croácia. Apesar de não serem mais membros da Presidência, Izetbegovic e Covic continuam influentes na política interna, como presidentes rotativos da Casa dos Povos, a Câmara Alta do Parlamento.

5. Entrevelei-me, recentemente, com os três membros eleitos para a Presidência em 7 de outubro de 2018. Sefik Dzaferovic (bosníaco, SDA) mostrou-se centrado nos interesses de seu país, com especial ênfase no chamado caminho euro-atlântico. Milorad Dodik (bósnio-sérvio, partido Aliança dos Sociais Democratas Independentes - SNSD) apresentou opiniões fortes, que defende acirradamente. Busca fortalecer a RS, seu verdadeiro “currall eleitoral” e pode ser considerado o

político mais vocal da BiH, com retórica de teor separatista. Zeljko Komsic (coalizão entre a Frente Democrática - DF - e a Aliança Cívica - GS, ambas de perfil multiétnico) pareceu-me interessado em aprofundar laços com o Brasil e coloca-se como representante de toda a comunidade da BiH.

6. O novo governo, contudo, ainda não foi formado. O impasse está atualmente relacionado à ativação do MAP ('Membership Action Plan'), para entrada do país na OTAN, o que é rejeitado por Milorad Dodik e apoiado, principalmente, por Dzaferovic, e às negociações entre os diversos partidos. A Presidência do Conselho de Ministros e os titulares das demais pastas ministeriais continuam sendo aqueles indicados pelo governo anterior, em mandato “técnico”. Pelo princípio constitucional da rotatividade, o próximo presidente do Conselho deverá ser um bôsnio-sérvio.

Política Externa

7. Os principais objetivos da política externa da BiH são o ingresso na OTAN e na União Europeia, o chamado caminho euro-atlântico. No caso da OTAN, a RS faz oposição, em alinhamento à Sérvia, neutra em relação ao tema, em decorrência de seus laços com a Rússia. No que diz respeito à entrada na União Europeia, parece haver consenso entre as etnias sobre o interesse do país em ingressar no bloco. A BiH busca receber status de país candidato a membro da UE. A maior parte das reformas exigidas pela UE encontra-se, contudo, em estágio inicial.

8. Outro tema importante da agenda de política externa da BiH é a sua entrada na OMC, que se encontra em fase final. Falta, ainda, a assinatura pela Rússia de protocolo bilateral que permitirá a Sarajevo a acessão àquela organização como membro pleno. O protocolo com o Brasil foi assinado no ano passado.

Relações Bilaterais da BiH

9. Resta pendente parte da demarcação fronteiriça com a Sérvia e o Montenegro. Acordo trilateral sobre o tema foi assinado em 15 de maio de 2019, em Sarajevo, como passo para a solução do problema lindeiro. BiH e Sérvia são os dois únicos países da região que não reconhecem o Kôssovo. A proposta de troca de territórios entre a Sérvia e o Kôssovo gera tensões na BiH, em razão das pressões separatistas de líderes políticos da República Srpska. Também está pendente a definição das fronteiras marítimas com a Croácia, tema relacionado à construção da ponte de Peljesac. Representantes do governo croata têm sugerido que a Lei Eleitoral da BiH seja alterada para restringir a eleição de candidatos bôsnios-croatas a eleitores dessa etnia. Há migrantes e refugiados em trânsito na BiH que buscam entrar na Croácia (UE). A BiH tem capacidade limitada de lidar com esses migrantes. Cerca de 30 mil migrantes entraram na BiH desde janeiro de 2018. A grande maioria já a deixou. Este país seria o posto avançado político, econômico e cultural da Turquia em direção à Europa Central. A relação bilateral é complexa, muito bem aceita pelos bosníacos, correligionários dos turcos, mas vista com desconfiança pelos bôsnio-sérviços e pelos bôsnio-croatas.

10. As relações de Sarajevo com Washington são muito boas. Na posição de principal garantidor dos Acordos de Dayton, os EUA mantêm uma política ativa na BiH desde 1995, sendo um dos principais atores no processo de “statebuilding” do país. Os contatos bilaterais com a Rússia têm sido frequentes. Este país é fortemente dependente do gás russo. A RS mantém escritórios de

representação em Moscou e em São Petersburgo, que funcionam independentemente da Embaixada da BiH. A proximidade de Milorad Dodik com o Presidente Putin tem sido objeto de especulações de que a Rússia busca influenciar a política interna da BiH, evitar a entrada do país na OTAN e até mesmo provocar instabilidade.

11. Alemanha, Áustria, França, Itália e Reino Unido são os principais países da UE com interesses estratégicos na região, e atuam com perfil elevado na BiH. As relações com o mundo árabe-muçulmano são fluidas. Problema a ser considerado é o dos jovens que partiram para apoiar o chamado Estado Islâmico (EI). As relações com a China são fluidas e fundadas essencialmente na área econômica. As relações com a América Latina são incipientes. A Embaixada da BiH em Washington administra as relações com toda a América Latina, exceto Cuba. Em Sarajevo, a única embaixada latino-americana residente é a do Brasil.

Relações Brasil-BiH

12. As relações bilaterais ainda são muito limitadas. O Brasil reconheceu o país em 1992, por ocasião de seu ingresso na ONU; as relações diplomáticas foram estabelecidas em 1995, após o fim do conflito. A Embaixada em Sarajevo foi inaugurada em 2011.

13. O atual ministro dos Negócios Estrangeiros, Igor Crnadak, realizou visita ao Brasil em outubro de 2017, ocasião em que mostrou interesse no estreitamento das relações bilaterais, no incremento do comércio e em investimentos brasileiros. Mencionou a intenção de abrir embaixada da BiH em Brasília, o que dependeria da Presidência.

14. Dois instrumentos bilaterais foram oferecidos durante a visita de Crnadak: o Memorando de Entendimento entre as duas Chancelarias sobre Cooperação Mútua no Treinamento de Diplomatas, com a oferta, não aproveitada, de vaga para diplomata bósnio no Instituto Rio Branco (IRBr) no ano letivo em curso; e o Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas. Aguarda-se resposta do lado bósnio para eventual assinatura. Em todas as minhas visitas às autoridades do Executivo, inclusive aos três novos membros da Presidência, tenho insistido por uma reação àqueles instrumentos.

15. A BiH é parte do Acordo de Livre Comércio da Europa Central - CEFTA (integrado por Albânia, BiH, Macedônia, Moldova e Sérvia), região com a qual o Brasil ainda tem contatos limitados. Eventual aproximação MERCOSUL-CEFTA seria mutuamente benéfica ao dar impulso ao CEFTA e abrir a região ao MERCOSUL.

16. No que diz respeito à cooperação em foros multilaterais, a BiH tem apoiado candidaturas brasileiras, por troca de votos e também unilateralmente.

SETOR COMERCIAL

17. A Embaixada tem acompanhado a evolução do comércio bilateral, de pequeno volume, e que tende a ser superavitário para o Brasil desde 2013. Conforme dados da Câmara de Comércio da BiH, as exportações brasileiras somaram, em 2016, 1,94 milhão; em 2017, 1,26 milhão; e em 2018, USD 2,53 milhões. As exportações da BiH totalizaram, em 2016, 751 mil; em 2017, 696 mil; e em

2018, USD 722 mil. As exportações de ambos os países são concentradas em produtos primários e intermediários. Segundo dados do Ministério da Economia do Brasil, as exportações brasileiras para a BiH, de janeiro a abril de 2019, somaram USD 696 mil; as importações, USD 731 mil.

18. Embora a BiH seja pequeno mercado consumidor de produtos finais, pode haver complementaridade com a indústria brasileira nos setores de bens primários e intermediários, bem como oportunidades de investimentos do Brasil neste mercado. Caberia, portanto, considerar a realização de contatos entre empresários de ambos os países, preferencialmente por meio de missões empresariais brasileiras à região dos Balcãs Ocidentais.

SETOR CULTURAL

19. A Embaixada tem se dedicado especialmente à divulgação da cultura brasileira, como forma de tornar o País mais conhecido na BiH. A participação já ocorreu em diferentes eventos, como o Sarajevo Film Festival, a Kids Fest, a Jazz Fest, o Festival de Teatro Internacional MESS e o Bazar Diplomático de Natal. Maior atuação na área cultural dependeria de disponibilidade orçamentária específica.

SETOR CONSULAR

20. A comunidade brasileira residente na BiH é reduzida, mas muito bem integrada. Conta com cerca de 30 nacionais que aqui vivem em razão de se terem casado com bósnios ou de atuarem em projetos de assistência humanitária, por vezes há muitos anos. Não há registros de inadmissões ou de dificuldades migratórias ou legais, tampouco registro de brasileiros presos. A Embaixada presta serviços relacionados à emissão de passaportes, certidões, devolução de documentos perdidos a turistas ou brasileiros residentes, vistos etc. Há cônsul honorário na cidade de Visoko, cujo mandato termina em 2020 e não se tem mostrado muito ativo. O Posto auxiliou cidadãos argentinos no âmbito do Mecanismo de Cooperação de Assistência Consular do MERCOSUL. A Embaixada atua, ainda, na tramitação de documentos de cooperação jurídica internacional.